

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

**ALESSANDRA NOGUEIRA FERNANDES**

**O DISCURSO DA PLACA DO IDEB: FOI NOTA MESMO QUE  
VOCÊ DISSE?**

**POUSO ALEGRE, MG**

**2015**

ALESSANDRA NOGUEIRA FERNANDES

**O DISCURSO DA PLACA DO IDEB: FOI NOTA MESMO QUE  
VOCÊ DISSE?**

**V. 1**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí para obtenção do título de Mestre em Ciência da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Greciely C. da Costa

POUSO ALEGRE, MG

2015

Fernandes, Alessandra Nogueira.

O Discurso da placa do IDEB: Foi nota mesmo que você disse?/  
Alessandra Nogueira Fernandes – Pouso Alegre : UNIVAS, 2015.  
69 p.: il.

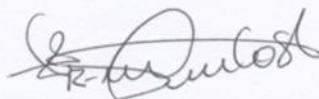
Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Programa de  
Pós-Graduação da Universidade do Vale do Sapucaí, Universidade do  
Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2015.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Greciely Cristina da Costa

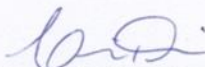
1. Placa de notas. 2. IDEB. 3. Discurso. 4. Político. 5. Língua de  
Estado. I. Título.

## CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

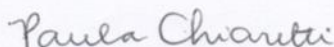
Certificamos que a dissertação intitulada "O DISCURSO DA PLACA DO IDEB: FOI NOTA MESMO QUE VOCÊ DISSE?" foi defendida, em 24 de março de 2015, por **ALESSANDRA NOGUEIRA FERNANDES**, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, nível Mestrado, sob o Registro Acadêmico nº 98006475, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Greicyly Cristina da Costa  
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS  
Orientadora



Profa. Dra. Cristiane Pereira Dias  
Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP  
Examinadora



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Paula Chiaretti  
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS  
Examinadora

**DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL**

Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PROPPES)

Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – Fátima I – Pouso Alegre/MG – CEP: 37550-000 – Fone: (35) 3449-9231

À minha mãe, D.Zezé, que apesar da ausência física sempre esteve comigo;

Aos meus filhos Levy e Théo pelo incondicional apoio;

Ao meu marido Anderson pela paciência e colaboração;

À minha orientadora Greciely.

## AGRADECIMENTOS

Acima de tudo Deus, que me favoreceu com as condições possíveis para que eu pudesse cumprir essa empreitada. Também por me dar proteção e força nas viagens semanais e nos dias e noites de escrita.

À minha família, aos meus eternos companheiros que participaram e torceram por mim durante esses dois anos. Ao Théo, pela companhia nas viagens e por me perdoar pela minha sempre ausência às reuniões escolares e ao acompanhamento das tarefas, e pela minha ausência como mãe. Ao Levy, pela torcida e orgulho que (sei) ele sentiu e sente por mim. Ainda, pelas longas conversas sobre “Psicanálise Selvagem”. Ao meu marido Anderson, pela paciência, preocupação e ajuda financeira. Reconheço que este mestrado não seria possível se não o tivesse ao meu lado. Sentirei falta da sua indagação: “Já acabou?”

Ao meu pai, João Batista, e aos meus irmãos Ângela, Sidney, Sandro e Júnior que muito torceram por mim.

À minha sogra Dona Jacíria, um exemplo de vida, que sempre colaborou com as palavras certas na hora devida.

À Magda e Eunice que nunca mediram esforços para que eu pudesse participar efetivamente do curso. E, à Virgínia e Gil que foram além das suas funções e dos horários de trabalho para me ajudar a conciliar a carga horária com o curso, que quase nunca conciliavam e com o afastamento que se deu por pouco tempo e muito trabalho. Também, ao Marcus e Regina que me substituíram sempre com um sorriso no rosto.

Aos professores Guilherme, Onice, Juliana, Joelma, Mírian, Paula, Débora e Ana Cláudia, agradeço por dividirem comigo os seus saberes. Aos colegas Fernando, Carla, Rosy, Priscila, Dora, Bete, Allan, André, Jair, Fernando e Josi pelos bons momentos e ótimas discussões. Ao Guilherme da Secretaria de Pós, que sempre nos atendeu com presteza e rapidez.

Às colegas do SEI, a turma da “Panela”, obrigada por sempre estarem torcendo por mim, ainda que eu não mereça toda essa toda essa torcida.

Agradeço (e já sinto saudade!) à Josy, minha companheira de quarto e de mestrado, alguém muito especial que Deus colocou no meu caminho para que ele fosse mais tranquilo e agradável. Sentirei falta de nossas risadas e de perder (até) o carro no estacionamento, e claro, da sua “super conexão com o mundo”.

À Greci, minha orientadora, que sabe, com maestria, conduzir um trabalho de pesquisa. Sua calma e delicadeza apenas disfarçam sua eficiência. Quando me sentia cansada em nossos encontros de orientação, via o quanto ela “é” forte, pois sua carga de trabalho era extenuante, ainda assim, ela não se abatia.

Especialmente, agradeço a minha ex-professora e amiga Jussara que criou em mim (e acreditou na) a possibilidade de continuar meus estudos e fazer esse mestrado; pelo presente mais pontual que já ganhei (a bibliografia) que me despertou o interesse pela Ciência da Linguagem. E à minha mãe, que mesmo sem sua voz presente, ainda falava em minhas lembranças que os sonhos não esperam e que a vida não tem um “fim”, ela é apenas interrompida algum dia e por isso “Carpe Diem”.

Em fim, agradeço a todos vocês que tornaram o meu caminho mais leve e favorável e essa conquista algo bom de se recordar.

*“O diabo pode citar as Escrituras quando isso lhe convém” (provérbio, retomado por Willian Shakespeare em seu O Mercador de Veneza, ato I, cena III)*



Fernandes, Alessandra Nogueira. **O discurso da placa do Ideb**: foi nota mesmo que você disse?.2015. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2015.

## RESUMO

O presente estudo busca compreender o processo de significação que se constitui no discurso do IDEB por meio do funcionamento das placas expostas, pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a partir de 2013, nas escolas públicas do estado. Essas placas, com a proposição de divulgação das notas obtidas pelas instituições de ensino público estadual no ano de 2011, visam a confirmar o envolvimento do Governo do Estado de Minas Gerais com o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido, em 2007, com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Porém, temos a impressão de que seu discurso fala além da proposta governamental, parecendo corporizar um discurso político-educacional que significa de múltiplas maneiras. Portanto, este trabalho analisa discursivamente a placa do IDEB tomando-a enquanto objeto simbólico que produz efeitos de sentido a fim de compreender suas discursividades. Com isso, observamos de que maneira o discurso da placa funciona, de que forma uma língua de estado se articula com a propaganda política e de que modo o político se instala na produção de efeitos de sentido.

**Palavras-chave:** Placa de Notas, IDEB, Discurso, Político, Língua de Estado.

Fernandes , Alessandra Nogueira . **The discourse of Ideb board : it was even noted that you said?** .2015 . Dissertation - Graduate Program in Language Science, University of Sapucaí Valley, Pouso Alegre, 2015 .

### **Abstract**

This study aims to understand the process of meaning which constitutes the IDEB speech through the operation of the exposed signs, the Government of Minas Gerais, from 2013, in the public schools of the state. These signs, with the proposition disclosure of the score index obtained by the state public education institutions in 2011 are used to confirm the involvement of the State of Minas Gerais with the systemic view model of education established in 2007 with the creation of the Education Development Plan (EDP). However, we have the impression that the speech speaks beyond the government proposal, seeming to embody a political-educational propaganda, which means in many ways. Therefore, this paper analyzes the discourse the IDEB board, taking it as a symbolic object that produces effects of meaning in order to understand their discourses. Thus, we see how the board works discourse, how a state language is linked to the political propaganda and how the political settles in producing effects of meaning.

**Keywords:** Score Index Signs, IDEB, Speech, Political, State Language.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AD	Análise de Discurso
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEB	Programa de Avaliação da Educação Básica
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEE	Secretaria Estadual de ensino
SER	Superintendência Regional de Ensino
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	11
2. CAPÍTULO 1: A CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO .....	14
2.1 Formulação, constituição, circulação e a produção do discurso .....	14
2.2 A propaganda política como arte do governo .....	19
2.3 A linguagem e a política ou o político na linguagem? .....	21
2.4 Ideologia e língua de estado.....	26
3. CAPÍTULO 2- O DISCURSO DO IDEB E A PLACA DE NOTAS .....	32
3.1 O discurso do Ideb e o efeito do político .....	32
3.2 A situação, o sujeito e o IDEB: as condições de produção da placa .....	38
3.3 O índice e sua circulação: como o IDEB se apresenta.....	45
3.4 Corpo do texto, corpo dos sentidos.....	49
4. CAPÍTULO 3-PLACA <i>CORPUS</i> , PLACA-DISCURSO .....	51
4.1 Uma placa de notas? .....	51
4.2 A ciência como respaldo do controle.....	54
4.3 A formulação da placa de notas .....	58
4.4 A circulação no espaço escolar: a cenografia .....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	67
ANEXOS .....	69

## 1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação busca compreender o processo de significação que se constitui no discurso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, doravante IDEB, através do funcionamento das placas expostas, pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a partir de 08 (oito) de fevereiro de 2013, nas escolas públicas do estado. Essas placas, com a proposição de divulgação das notas obtidas pelas instituições de ensino público estadual no ano de 2011, visavam a confirmar o envolvimento do Governo do Estado de Minas Gerais com o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido, em 2007, com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Porém, pode-se perceber que seu discurso fala além da proposta governamental, parecendo corporizar um discurso político-educacional que faz uso de uma língua própria do Estado: a língua de estado e que assume a forma de propaganda política, assim, além de poder significar diferentemente para os sujeitos desse discurso ela também assume uma forma que traz à tona discussões sobre as relações estabelecidas entre a linguagem e o sujeito.

Portanto, este trabalho analisa discursivamente a placa do IDEB tomando-a enquanto objeto simbólico que produz efeitos de sentido a fim de compreender qual a sua significação no contexto sócio-político e como esse discurso se faz compreender, pois o discurso (Orlandi, 2010 p.14) “mais do que transmissão de informação (mensagem) é efeito de sentido entre interlocutores”. Para isso pretendemos observar de que maneira o discurso da placa funciona e de que modo o político se instala na produção de efeitos de sentido. O político, em Análise de Discurso define-se como divisão dos sentidos. De acordo com Orlandi(2010):

“os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora “pareçam” os mesmos. Esta divisão tem a ver com o fato de que vivemos em uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam essas divisões. Como sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo não só os sujeitos são divididos entre si, como o sujeito é dividido em si.”(p. 12) **grifos da autora.**

Visto a partir dessa perspectiva, o político ocupará de maneira especial nossa atenção durante a pesquisa, assim como a língua de estado.

A relevância dessa dissertação se justifica pela necessidade de a escola, que se tornou mote de discussões políticas e que deve participar do processo de inclusão dos indivíduos na sociedade, seja ela educacional ou geral, perceber as significações e as corporizações do discurso político-educacional para poder se posicionar face a ele. A escola não tem o poder de decidir em qual ideologia se inserir, pois segundo Pêcheux, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e, portanto, não tem domínio sobre ela, mas (a escola) pode refletir sobre o funcionamento do político e da ideologia a partir da placa do IDEB e se dar conta do processo social de que faz parte, pois a escola assim como todo aparelho do estado está imersa no político e é ,também, interpelada pela ideologia. Torna-se relevante, também, pensar que o fato de que para os profissionais da educação, nos quais me incluo, trabalhar numa instituição que deslocou-se de sua função inicial, a de repassar o conhecimento científico, e que se tornou reprodutora de ideologias, estando ,também, imersa nelas, olhar os objetos simbólicos do discurso pela perspectiva da Análise de Discurso é refletir sobre as questões que a mobilizam e que a constituem.

Diversos artigos foram escritos sobre a propaganda política e seus efeitos, porém no caso em estudo, não há registros de análises sobre a placa do IDEB. Nesse sentido, o corpus a ser analisado nesse trabalho demanda uma investigação que observe e discuta quais são os efeitos produzidos pelo discurso da placa não só no espaço educacional, mas no espaço social da escola e da cidade. Para isso é importante saber qual o propósito da placa, qual a origem do IDEB e as implicações dele na política educacional. Além de entender de que maneira a nota atribuída às escolas é calculada pelo IDEB.

O IDEB foi criado pelo Inep ( Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ),sendo esse órgão uma autarquia do Ministério da Educação (MEC), ele representa a iniciativa de reunir num só indicador dois conceitos propostos pelo Plano Nacional da Educação (PNE) que apresenta segundo afirmação governamental, “importantes ações para melhorar a qualidade da educação”. Esse indicador consiste em uma nota.

A nota do IDEB é calculada a partir de dois fatores: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Esse aferimento baseia-se nos seguintes pressupostos: os resultados das avaliações em larga escala traz a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e

para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Por conseguinte, a nota presentificada na placa não é um dado neutro, mas é um discurso que clama por sentidos e que traz em si um envolvimento dos modos como as políticas públicas funcionam num contexto educacional midiaticizado.

Como a placa funciona discursivamente? De que maneira e quais são os efeitos de sentido por ela produzidos? Essas são questões que norteiam este trabalho, que se divide em três capítulos.

No primeiro capítulo, a fim de apresentar alguns pressupostos teóricos que orientam a pesquisa, expõe-se os três elementos que constituem um processo discursivo: a formulação, a constituição e a circulação de sentidos em relação à placa de notas, voltando-se também para a compreensão da noção de político em Análise de Discurso e sua relação com a linguagem, com a ideologia e com a propaganda política em face das línguas de Estado.

No segundo, dando sequência, descrever-se-á a placa buscando analisá-la em suas condições de produção, apresentando também a política do Ideb no cenário educacional e na mídia.

E, no terceiro capítulo, tecemos considerações sobre o modo como a placa se firma no espaço educacional e como os efeitos de sentidos se dão a partir das formações imaginárias. Assim o político, enquanto divisão de sentido, será abordado a fim de se perceber como ele constrói o imaginário da placa, divide os sentidos e contribui para pensar quais sentidos a placa produz e em que discurso ela se sustenta.

Juntamente às considerações finais, retomamos a relação entre propaganda política e as línguas de estado para podermos refletir sobre o processo de significação das placas, que apresentam uma nota que assume função de metáfora e que se constitui no interior de uma política, talvez de exclusão.

## **2. CAPÍTULO 1: A CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO**

### **2.1 Formulação, constituição, circulação e a produção do discurso**

Este estudo reflete sobre a construção dos sentidos e do uso de uma língua de estado na placa de notas do IDEB, buscando analisar de que modo a placa enquanto objeto simbólico produz efeitos de sentido no que concerne a educação/ensino. Tomando-a como objeto de observação, em princípio notamos que sua exposição busca atribuir valor ao ensino em uma instituição estadual, dando visibilidade para a sociedade desse valor. Neste ínterim, cabe questionar: como a placa funciona discursivamente? De que maneira e quais são os efeitos de sentido por ela produzidos?

Em busca de compreensão para essas questões, partimos do estudo da linguagem com base na Análise de Discurso de linha francesa, que concebe a língua como não fechada em si, mas sujeita à interpretação, a falhas e ao equívoco, dado o fato de que ela não é transparente ORLANDI (2010); que relaciona a língua à história, entendendo que a língua é inscrita na história pela falha e que nesse jogo há a presença da ideologia que se materializa no discurso naturalizando os sentidos.

Na perspectiva da Análise de Discurso, conforme ressalta Orlandi (1998,p.77), a língua é compreendida como ordem significante, capaz de equívoco, e possui uma espessura material. Enquanto, o sujeito é um sujeito histórico, posição que se produz em relação regulada com a memória do dizer e pelos esquecimentos. É pelo jogo da formulação e da constituição que se produz o efeito de exterioridade. Nesse movimento o sujeito tem a impressão de ser a origem do sentido e isso produz a impressão da realidade do pensamento, coincidência entre pensamento, linguagem e mundo.

Tomando a placa de notas e considerando que nela há um processo de significação investido, é importante observar de que maneira a língua, a história e a ideologia funcionam nesse processo. Para tanto, parte-se da análise de um processo de significação que é engendrado pela placa, tomando a formulação, a constituição e a circulação tal como Orlandi (2008) propõe. Para a autora, o processo de significação é constituído de três momentos



igualmente importantes na produção do discurso, a saber, a constituição, a formulação e a circulação. Nas palavras de Orlandi (*idem*, p. 9):

Os processos de produção do discurso implicam três momentos igualmente relevantes:

1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo;
2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e
3. Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições.

Pela *constituição*, é possível já dizer *que* está vinculada ao sentido através da memória, ela remete aos dizeres associados às políticas públicas educacionais: “educação de qualidade”, “transparência”. Também, a materialidade da enunciação se dá através de uma placa, suporte que retoma um dizer ligado à importância, permanência e ao ritual político de exposição do trabalho desenvolvido, à conclusão de obras públicas.

Sua formulação se dá em certas condições de produção, pois, “formular é dar corpo aos sentidos, é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem” (ORLANDI,2008,p.9). Ao serem formulados na placa, os dizeres são distribuídos de maneira "aparentemente" objetiva, mesclando imagem e texto numa configuração que se corporiza como dizeres transparentes, exatos, que são sustentados pela presença forte de uma linguagem matemática carregada de números, aferições “exatas”, como propõe essa ciência. Há ainda outro fator que torna seu dizer atualizado, sua distribuição assemelha-se a páginas de internet, ou melhor dizendo, à estrutura de hipertextos que remete a “links” que levam o leitor a outros lugares do dizer, assim também a placa conduz o leitor a buscar em um outro corpo (o da internet), novos mais dizeres, como o convite ao “Saiba mais” que concede ao sujeito leitor a possibilidade de confirmar ou reavaliar o que é dito na placa. Na medida em que esses dizeres vão sendo formulados percebe-se que os efeitos de sentidos conduzem a uma crença de ser nota em forma de placa um discurso neutro de intenções, verossímil pela força da linguagem da matemática e simples na sua condução.

Essa placa e seus dizeres se instalam no espaço escolar de maneira solene, mediante a cerimônia de sua colocação e de seu descerramento, o que torna esse dizer corporizado na placa um dizer que de grande importância. Não é um dizer qualquer, mas o que se estabelece num espaço onde toma corpo e memória, configurando-se semelhante a um monumento.

Ela tem em seu centro a nota atribuída à escola, esse dado, que é circulado de outros que apenas a reforçam, torna-se o elemento principal do discurso. Torna-se importante ressaltar que a nota em forma de placa instala-se num contexto físico-social que é a unidade escolar. Neste momento é importante dizer que a escola apresenta-se, hoje, com um novo sentido “sob um efeito de sentido republicano que a (a escola) estabelece como o lugar de preparação e de evidências de qualidades dos homens que disputam, e não mais herdam, lugares sociais” (Pfeiffer, 2011,p.150).

Neste contexto de disputa de lugares sociais, a nota da placa corrobora que essas posições devem ser mais que nunca disputadas. Ainda, é possível pensar que ao dar visibilidade à nota, na forma fixa de placa, apagam-se os sujeitos e o processo educacional que fez com que o resultado de aferições fosse este e não aquele. Deixa-se de fora, também, as condições sociais dos sujeitos envolvidos no processo, e todo o real que os singulariza. Não teria a placa, também, a função de reafirmar essa disputa?

Em relação à circulação do dizer da placa, seu discurso vai além do espaço educacional, ele também ecoa nas casas dos alunos, nos mais diferentes espaços da cidade. Torna-se um corpo-placa que se instala dentro da escola e tem seu discurso ampliado, não por se tratar de um discurso de divulgação, mas por ser um dizer que responsabiliza a todos, alunos, pais e professores, pelo resultado que apresenta. E isso se reforça pela enunciação sugestiva que encerra as informações presentes em seu texto<sup>1</sup>: o “Saiba mais”, que conduz a uma busca de novos sentidos ao que se diz através da consulta ao site designado como da Educação. Firma-se como se a informação veiculada pela placa clamasse outros e novos sentidos, propostos por novo meio de divulgação: o site. Neste sentido, é relevante pensar em que condições de produção é concebido o discurso da placa.

A nota do Ideb, seja ela, a da escola, a do estado ou país também se mostra em outros meios de comunicação de massa. Em todos esses meios, impressos ou virtuais, o que se vê é o discurso do Ideb metaforizado na nota sendo amplamente divulgado em revistas, em propagandas televisas, conforme apresenta-se no anexo deste trabalho, possuindo até sites para consulta e comparação das notas obtidas por cada escola de Minas Gerais. Isso é resultado do modo como o discurso circula, pois como vimos acima, o modo como o discurso circula afeta o modo como os sentidos se espacializam e significam. Sendo assim, os modos

---

<sup>1</sup> O “Saiba Mais” remete ao portal da educação do Governo Estadual ([www.educacao.mg.gov.br/ideb](http://www.educacao.mg.gov.br/ideb)), onde são apresentadas as notas de todas as escolas que foram avaliadas.

de distribuição do discurso da placa mudam à medida que circulam em diferentes meios, possibilitando que outros sentidos sejam produzidos. Como se pode ver, a placa constitui-se de uma materialidade que produz sentidos outros que se corroboram ao sentido de permanência.

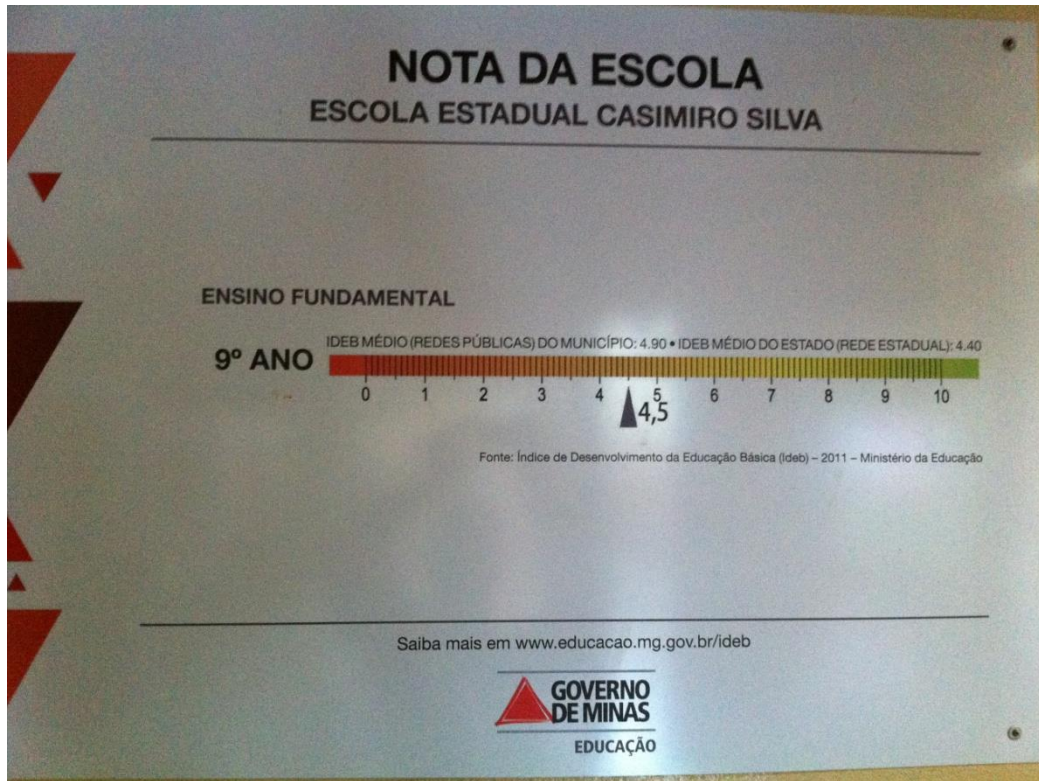


Foto da placa do IDEB na Escola Estadual Casimiro Silva em Boa Esperança, MG. Acervo Particular.

Como neste capítulo procura-se apresentar o respaldo teórico deste trabalho, há outro elemento teórico importante a se considerar: a argumentação em face do discurso, no que diz respeito à formulação e à constituição dos sentidos. Acerca disso, Orlandi (1998,p.74) explica em que condições de produção a argumentação se dá e em que discurso se insere. Além disso, apresenta a distinção entre formulação e constituição. A autora afirma que é o jogo entre a formulação e a constituição que produz o efeito de exterioridade, de sentido já-lá. A Análise de Discurso trata a argumentação como um elemento produzido e que produz sentido não focalizado no eixo da formulação, mas no eixo da constituição.

No que se refere à placa, ela se impõe aos seus leitores a partir de um efeito argumentativo, considerando que “Argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens” Orlandi (1998,p.76).

Ao se tomar esse efeito, a argumentação pode ser vista a partir do processo histórico-discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas. A argumentação não é intenção, e sim produto de processo de significação. Para Orlandi (1998,p.78), “as intenções são assim produtos de processos de significação aos quais o sujeito não tem acesso direto. As filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não toca as posições dos sujeitos, ao contrário deriva desse jogo, o significa”. Enquanto o sujeito tem no discurso sua posição já constituída e produz seus argumentos sob “o efeito da sua ilusão subjetiva afetada pela vontade de verdade, pelas evidências de sentido” (Orlandi, idem). Os argumentos surgem de discurso determinados historicamente e compõem as projeções imaginárias, portanto argumentar é se antecipar no discurso.

A constituição ou o interdiscurso se pauta na historicidade, que é a relação constitutiva entre linguagem e história e os efeitos da ordem do ideológico. Portanto, “os próprios argumentos são produtos dos discursos vigentes, historicamente determinados “(ORLANDI,1998) e têm papel importante nas projeções imaginárias no nível da formulação, das antecipações. Ainda,

As intenções são assim produtos de processos de significação aos quais o sujeito não tem acesso direto. As filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não toca as posições dos sujeitos, ao contrário, deriva desse jogo, o significa (p.78).

A Análise de Discurso estuda a língua em funcionamento, para isso ela parte do procedimento de análise de um discurso concebido como efeito de sentido entre locutores (PÊCHEUX,1969) envolvendo sujeitos e situações. Portanto, analisar discursivamente um texto, um enunciado, uma imagem, e neste trabalho, uma placa, é mostrar “que o sentido não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras (ou signos) mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (ORLANDI,2005).

Nesta direção é que Orlandi (2005) acentua a presença do político na língua. De acordo com a autora, o político se instala no processo discursivo, pois ele divide os sentidos. A placa, por exemplo, para o Estado pode assumir um valor de cumprimento do dever de orientar e de informar “o outro lado”- os alunos e professores. Se pensar que sujeitos estão inscritos nesse processo discursivo em um outro lugar e, daí, já se teria talvez que suas (in)formações imaginárias se destoam das do estado, bem como a imagem do referente, de si próprios e da instituição que o estado representa.

Ainda em relação ao político, a divisão dos sentidos explicita posições divergentes e relações de força e poder, uma vez que “podemos dizer que o lugar do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2005, p.39). Assim o lugar de onde os sujeitos se encontram hierarquizados em face de relações de força, se imaginam, interfere na forma como os mesmos atribuem sentido ao que dizem ou ouvem. No caso em questão, há nessas posições hierarquizadas uma relação de força sustentada pelo poder. São essas posições, que partem das formações imaginárias, que nos permitem conceber a ideia de que a placa significa diferentemente para seus interlocutores. Essas “significações” são ainda mais firmadas pela presença da propaganda.

## **2.2 A propaganda política como arte do governo**

Teoricamente, o conceito de propaganda apresentado por Pêcheux (2011,p.92) como “a arte de anestesiá as resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções”, no nosso contexto político, favorece a compreensão de como um objeto simbólico afeta no modo de constituição das posições hierarquizadas e das formações imaginárias da comunidade escolar<sup>2</sup>. No caso da placa de notas, talvez ela possa absorver no consenso a ideia de que uma educação de qualidade esteja vinculada às ações governamentais, e que só se construirá esta educação se cada grupo de participantes cumprir com o que lhe foi prescrito: o estudo, por parte dos alunos, o empenho por parte dos professores e escola e a inspeção por parte do governo.

Pêcheux (2011), ao percorrer as bases da história política da propaganda, constrói a definição da propaganda para explicitar a capacidade que ela pode ter de influenciar o sujeito, para isso baseia-se na biopsicologia<sup>3</sup> e nos Modos de Produção Capitalista, que se mantêm

---

<sup>2</sup> Escolhemos usar o termo comunidade escolar, mesmo que em nossa análise nos voltamos apenas aos alunos e professores, pois sabemos que o discurso educacional afeta direta ou indiretamente pais, equipe administrativa da escola, e demais funcionários. A política de “meritocracia” emaranhada à aferição dos resultados de desempenho escolar dos alunos interfere nos aspectos sociais e financeiros desse grupo. Este assunto será detalhado em um capítulo da dissertação.

<sup>3</sup> O conceito biopsicologia da propaganda, proposto na obra de Serguei TchaKhotin passa a ser um instrumento de manipulação do Estado. O credo político-científico “Violação das multidões pela propaganda política”, desse “especialista da propaganda” russo, conduz à teoria inicial da propaganda inserida no contexto capitalista, no qual o suporte teórico desse trabalho se filia, atuante nas longas primeiras décadas do século XX, como figura

como formadores de comportamento e reprodutores de ideologia. A propaganda - por reunir, de um lado, imagens, palavras, sentimentos, ideias e gestos, e, por outro lado, funcionar como dispositivo essencial do Estado autoritário moderno - é um lugar privilegiado e decisivo para se observar o processo de produção e o funcionamento de um “corpo teórico-político profundamente instalado nas evidências” (PÊCHEUX, *idem*, p.79) da modernidade, torna-se portanto uma das formas históricas de assujeitamento do indivíduo.

Pêcheux ao delinear as condições de exercício da propaganda política, mostra, particularmente, as formas históricas de um princípio que não parou de ecoar entre a burguesia e o proletariado e que se formula da seguinte maneira: “se isso funciona tão bem para eles, por que não funcionaria para nós?” (*ibidem*, p.82) e, ainda, mostra que a propaganda passa a constituir fortemente uma arte (arma) a serviço do Estado, desenvolvendo estratégias discursivas obstinadas a “evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classe” (p. 86). Foi assim que o Estado capitalista, afirma Pêcheux, “passou a ser mestre na arte de agir à distância” (p. 91), anestesiando as resistências, absorvendo as revoltas no consenso e fazendo abortar as revoluções, trabalhando dessa maneira diferentes formas de manter o assujeitamento, para o qual, adverte Pêcheux, a ausência de escuta persiste politicamente.

É nesse momento em que esses modos de produção capitalistas se constituem e passam a participar da formação discursiva dos sujeitos, que se vê o desenvolvimento da política do movimento operário. É nesse espaço de formação social que aparecem as condições de exercício da propaganda política, pois essas formações sociais influenciam as formas de assujeitamento político e ideológico do indivíduo.

Conforme Orlandi (2012) o indivíduo é interpelado pelo simbólico e pela ideologia tornando-se forma-sujeito-histórica (que é a capitalista). Essa forma-sujeito é individuada pelo Estado e seus discursos e, a partir de então, ao identificar-se ou com uma ou outra formação discursiva é levado a ocupar uma posição-sujeito. É esse sujeito que assume sua posição na sociedade.

O que se percebe é que as relações sociais e ideológicas materializadas no discurso político-educacional expõem novas classes, não mais o proletariado/burguesia a, mas o vigilante e o vigiado, de sujeitos individualizados pelo estado, inseridos nos modos de

---

importante do alto escalão administrativo anti-tsarista, anti-fascista e anti-capitalista; um obstinado política e cientificamente.

produção capitalista, sujeito do direito, que pertence à formação social neoliberal, esta que faz com que através da Liberdade o sujeito contribua para seu próprio assujeitamento. Essa condução se dá não empiricamente, mas sócio-ideologicamente.

O assujeitamento à língua e o processo de interpelação dos indivíduos pela ideologia são fatores preponderantes, condição necessária para que o indivíduo se torne sujeito do seu discurso. Não há, segundo Althusser (1998), possível separação entre sujeito e ideologia.

A ideologia é elemento determinante do sentido que está presente no interior do discurso e que, ao mesmo tempo, reflete na exterioridade. A ideologia não é consciente, mas está presente em toda inscrição do sujeito na linguagem.

Ora, o fato de que não há sentido sem interpretação ORLANDI (1996, p.12), atesta a presença da ideologia, que tem como trabalho produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.

Portanto, pensar o sujeito, seu lugar e o contexto que o cerca e o constitui, manifestado na (pela) linguagem faz com que se torne possível pensar como o político se instala na placa de notas, no discurso do IDEB e produz sentidos para/no sujeito.

### **2.3 A linguagem e a política ou o político na linguagem?**

A linguagem é desde o início da civilização humana um fator preponderante na evolução das relações sociais. Essas relações, pensando historicamente, se deram, inicialmente, a partir de necessidades básicas do ser humano como a alimentação, o acasalamento, a partir também de outras necessidades que foram tomando corpo na medida em que o homem se agrupava, se tornava um ser social. A preservação da vida era fortalecida pela vivência em grupo, mas esse tipo de convívio requiritava uma organização que se dava e ainda se dá pela liderança, que vem ao encontro do poder. Conforme cita Lagazzi (1988: p.13):

Clastres (1978) afirma que “não existe sociedade sem poder, (...) que o poder é imanente ao social. (...) trata-se do poder político, (...) aludimos ao espaço do político, em cujo centro o poder coloca a sua questão.(...) mesmo nas sociedades onde a instituição política está ausente(...), mesmo aí o político está presente, mesmo aí se coloca a questão do poder.(...)se o poder político não é uma necessidade inerente à natureza humana (...) , em troca ele é uma necessidade inerente à vida social.

Neste trabalho tratamos a ideia de liderança e poder como covalentes, por pensar que no início das formações de grupos humanos<sup>4</sup> eram as aptidões físicas de alguns membros que os colocavam em situação de comando, de liderança, chefia, guia. E, portanto, para que se fosse aceito este comando, penso que o poder deveria ser representado por este líder, para que ele pudesse exercê-lo. Com a evolução humana, este poder deixa de ser físico e passa a ser simbólico. Se o exercício do poder é “uma necessidade inerente à vida social”, a linguagem também o é.

A sociedade primitiva ou a atual vivencia(ra)m a necessidade da linguagem e das relações de poder, seja ele coercitivo ou não, porque se há linguagem, há simbolização das relações de poder. Segundo Orlandi

O homem procura dominar o mundo em que vive. Uma forma de ele ter esse domínio é o conhecimento. Esse é um dos motivos pelos quais ele procura explicar tudo que existe. A linguagem é uma dessas coisas.(2009,p.8).

Explicar a linguagem é uma das formas de se conhecer a sociedade, portanto, poder fazer uso da linguagem também é uma maneira de exercer poder. Segundo Benveniste (1976) “ela própria é lugar de poder”. Para Barthes (1980, p.12-13)

“não vemos o poder que reside na língua<sup>5</sup> porque esquecemos que toda língua é uma classificação e toda classificação é opressiva. A língua, e por trás dela o poder, nos obriga, antes de qualquer coisa, a afirmar. Não interessa ao poder privilegiar a dúvida, a negação, a possibilidade”.

É através do uso da linguagem, no contexto atual, que se instala para o sujeito a propaganda político-educacional corporificada na placa de notas do IDEB.

Hoje, o sujeito de linguagem é o sujeito jurídico. Segundo Haroche (1984), com o avanço do aparelho jurídico e o enfraquecimento da igreja no séc. XIII dentro do sistema feudal, surge um novo sujeito social: o sujeito-de-direito ou jurídico. Este sujeito “responsável por suas ações, (...) centrado em suas próprias intenções e motivações”. Segundo Lagazzy (1988, p.20):

Cada vez mais fortemente o sujeito-de-direito foi se configurando, e hoje a responsabilidade é uma noção constitutiva do caráter humano, da pessoa, do cidadão, sem o qual não nos reconheceríamos socialmente.

---

<sup>4</sup> Recorto para essa afirmação os grupos ocidentais, que o estudo histórico-acadêmico nos permitiu conhecer.

<sup>5</sup> Penso que Barthes toma o termo língua por linguagem, que a toma como o lugar do simbólico.



Essa constituição social vivida pelo sujeito, hoje, o faz se reconhecer como autor /responsável pelos seus benefícios e prejuízos, seja em qualquer instância econômica, social ou do conhecimento. Porém, esta relação na ideologia jurídica instala uma ambiguidade no sujeito: ele é o autor de si mesmo, mas é para o estado “intercambiável<sup>6</sup>” perante o estado, ele é ao mesmo tempo único e parte de uma massa, um “todo” sem identidade, uma “massa de sujeitos assujeitados”.

As relações sociais na atual conjuntura são hierarquizadas e autoritárias, de comando- obediência. O sujeito jurídico vive numa esfera de tensão, permeada de cobranças e justificativas.

É nesse contexto tensional que o sujeito vem ser parte de um processo de comunicação, paradoxalmente, unilateral, onde há o comando, mas a resposta só se dá pelo cumprimento da injunção do que se propôs. Esse processo se faz a partir da propaganda político-educacional, que clama pelas obrigações do sujeito-de-direito e que se disfarça pelo cumprimento do direito à informação.

A linguagem usada no processo de construção da placa de notas do IDEB é elaborada a partir de critérios pré-estabelecidos e usa signos fortemente coercitivos. A construção desse objeto simbólico parece acreditar/apostar na “transparência” da linguagem, porém a mesma linguagem que faz estabelecer as relações sociais é equívoca, pois a construção dos sentidos não é única – significados e significantes– não são mais faces de uma mesma moeda, os significantes se deslocam a partir da historicidade.

É nesse contexto social, jurídico, no qual faz parte o sujeito-de-direito que a placa se significa e significa a relação entre sujeito, estado, escola, ensino.

A Análise de Discurso sustenta a ideia de que a ideologia permeia a relação do político com a linguagem. O político é textualizado no discurso. Sendo que é pelo dizer que há a constituição dos sentidos.

Já em relação à política, que também vem à tona na reflexão sobre a placa do IDEB, Piovezani (2009,p.358) explica que:

A política não se encerra na fala, mas começa por ela. Sabemos desde Aristóteles que os homens exercem sua vocação de animal político por meio da voz articulada, com a qual constituem sons, sentidos e sociedade (cf. Política,I,2). Embora não a esgote, o

---

<sup>6</sup> Este termo é utilizado por Haroche (1984) e é retomado por Lagazzy(1988).

discurso enceta a política, sendo, portanto, uma condição que lhe é necessária e uma dimensão que lhe é constitutiva (...). Não há política sem palavras (...)

Podemos, ainda, acrescentar, pela perspectiva da Análise de Discurso, que como não há política sem palavras, não há palavras sem política, é pelo dizer que os sentidos se constituem. Os sentidos se dividem, os sujeitos são divididos.

Enquanto sujeito de discurso e sujeito ao discurso, não só o uso de palavras é motor da produção de significação, gestos, cores, sons também engendram sentidos e são marcados pela relação com a política, com a ideologia, com a história. Isso porque o discurso não se materializa apenas nas palavras, mas em práticas, em imagens, em diferentes objetos simbólicos. Portanto, qualquer enunciado e objeto pode ser considerado político, o que reforça essa condição são as condições em que são produzidos os discursos que se constituem os mais diferentes objetos de significação.

Embora o dissenso seja constitutivamente político (RANCIERE, 1996), uma vez que os sentidos são sempre divididos, é também na sua divisão que os sujeitos se colocam de um ou de outro lado, que ocupam determinadas posições-sujeito no discurso.

Por conseguinte, as palavras, os gestos, os modos de dizer são gestos políticos. A política, em seu gesto político, faz parte da organização social de um grupo.

Ao observar os diversos conceitos que circulam sobre política/político tem-se uma diversidade de sentidos, todos, porém, não se afastam de sua relação com o poder, com a divisão dentro de grupos ou idéias, da luta de classes.

Para Chauí, (2004, p.187-8) “a política é compreendida como a exigência de que a sociedade conheça as deliberações e participe da tomada de decisões”, decidindo-se de que lado ficar.

Já no Dicionário de Política (1998, p.424) :

A **Política** diz respeito à ação humana tendente a conseguir a adoção de decisões relacionadas ao governo da sociedade, sua organização e forma de exercício do poder. O homem é um ser político por natureza *Zoon politikon* (...) Dado que a sociedade existe para o homem a política deve ter por finalidade (...) oferecer rumos, diretrizes normas para a boa organização da Polis. (grifo da autora)

É um movimento natural dos sujeitos no discurso a tentativa de definir, atribuir um sentido às palavras. Porém, esse sentido se dá na camada significante e não de significado,

pois o sentido na palavra ou no texto não se apresenta de forma transparente, porque a linguagem é opaca. O sentido é um efeito e resulta de gestos de interpretação (ORLANDI, 1996). O sentido é político.

Enquanto a política, segundo Courtine (2006,p.12), encontra a linguística na análise de discurso, pois a "AD é, assim, um dos lugares onde a lingüística encontra manifestadamente a política".

Há, da Análise de Discurso, na construção de sentido, a articulação da linguagem com a ideologia e o político, nos quais há fatores que desempenham um papel importante nessa articulação: a noção de antecipação, sustentada pelo funcionamento das formações imaginárias e a noção de esquecimento, propostas por Pechêux (1969), que serão tratadas posteriormente.

Nessa análise é fundamental refletirmos sobre o confronto do simbólico com o político, firmando o princípio da Análise de Discurso de que a linguagem não é transparente. Temos a preocupação de “trabalhar o fio do discurso e analisar a linearidade da cadeia a partir de uma pluralidade de funcionamentos (reformulações parafrásticas, ganchos enunciativos, modos de encadeamento) (observando as maneiras de ler e o lugar do leitor” (ORLANDI, 2008, p. 34). Essas são algumas orientações de Orlandi para a escrita em análise de discurso que nos conduzem no exercício de descrição e interpretação deste trabalho.

Sobre as reformulações parafrásticas e também as polissêmicas, pensamos ser necessário apresentar o modo como elas podem ser trabalhadas. Segundo Orlandi (2005, p.36), é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. O fato é que a linguagem se assenta na tensão entre os processos parafrásticos e os polissêmicos, isto é, entre o mesmo e o diferente, mesma palavra com sentidos diferentes; palavras diferentes com mesmo sentido. Em relação à paráfrase, há a presença de um dizer que se mantém, que parte de uma memória e assim representa o “retorno aos mesmos espaços do dizer”; enquanto a polissemia “joga com o equívoco”, rompe com os processos de significação.

Para que a placa do IDEB faça sentido e para que esses sentidos sejam passíveis de identificação, é importante pensá-la no movimento, no jogo, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer. Pensar a nota como uma metáfora da própria escola, afinal o que ela (a nota) representa é todo o conjunto que compõem essa unidade escolar. Ela metaforiza cada aluno, professor, equipe diretiva e até o entorno escolar com suas questões sócio-

econômicas e culturais e ainda, evidencia as ações de cada um desses elementos formadores desse espaço escolar.

## **2.4 Ideologia e língua de estado**

Pêcheux(1969) define o discurso como efeito de sentido entre interlocutores, e diz ainda que este é passível de deslizamentos, sendo o sentido sempre “em relação a” (ORLANDI, 1999). Sujeito, discurso e sentido se constituem mutuamente. Quando se fala (ou se escreve) fazem-se escolhas, não se pode dizer tudo. Sob o efeito dessa escolha é que o sujeito se instala numa determinada formação discursiva. Seja pelo assujeitamento ou pela ideologia (mecanismo que naturaliza sentidos), o sujeito, para Pêcheux (1987), é uma posição discursiva que faz falar certos sentidos e não outros em determinadas condições de produção. Embora faltante, pela ação dos esquecimentos nº 1 e nº 2, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do dizer, apagando os já-ditos. Tal ilusão instaura uma suposta transparência da linguagem uma vez que ao enunciar o sujeito se inscreve em uma formação ideológica que determina o que pode e deve ser dito em uma formação discursiva, levando-se em conta o mecanismo de antecipação imaginária do interlocutor. O lugar de onde o sujeito enuncia é determinante para a construção dos efeitos de sentido. Orlandi (1987,p.18).

Ao que se refere às formações imaginárias (PECHÊUX,1969,p.83-84), afirma que entre as imagens ideais de professor e aluno há uma “distância fartamente preenchida pela ideologia”, neste ponto, acrescento que a ideologia também preenche “fartamente” as imagens entre comunidade escolar e Estado. O que se procura dizer é que a ideologia, ou seja, a naturalização dos sentidos, é parte necessária da significação de um discurso e assim ela preenche, contribui ao processo discursivo, no caso implementado pela placa. Ela (a placa) conduz a um posicionamento dos sujeitos afetados pela placa, ao preencher os possíveis sentidos propostos por ela. Nesse sentido, a ideologia colabora com o político, pois, faz dividir sentidos e sujeitos, colocando cada um, onde deve estar.

Vemos, também, na placa a presença do discurso de poder, isto é, como em R. Barthes, “o discurso que cria a noção de erro e, portanto, o sentimento de culpa, falando,

nesse discurso, uma voz segura e auto suficiente” (ORLANDI,1987,p.17) que é a voz do estado que tem a possibilidade de dizer o que é certo.

No atual contexto político-educacional, no qual a escola passou a ser vista como produtora de um discurso autoritário<sup>7</sup>, condutora de sentidos, conforme considera Orlandi (1998,p.75) sobre o papel da ideologia,

A ideologia pode ser considerada a partir da materialidade discursiva e de sua relação com a interpretação, na ideologia há injunção à interpretação [...] e neste trabalho, o sentido aparece como já-lá, apagando o movimento da interpretação.

Portanto, a escola se reveste como formadora de sujeitos, pois nela os sentidos são construídos pelas determinações históricas e pela ideologia, provocando um efeito de evidência. A placa joga com esses sentidos ao utilizar uma linguagem que se reveste da ilusão de literalidade.

Com o advento e acessibilidade dos meios de comunicação em massa a toda população, os limites que comportavam a sociedade vestidos de desinformação adquirem nova roupagem: a de limitação pela informação. O que ocorre hoje, mais que em outras épocas, é que o acesso à informação, mesmo que “raso” (BAUMAN, 2001), é parte integrante do cotidiano da sociedade.

Nesse ponto, vemos que mídia e escola passam a assumir funções muito semelhantes por serem distribuidoras de (in)formação e por serem instituições hierarquizadas, imersas no político. Partindo desse pressuposto e do conceito de propaganda oriundo de Pêcheux (2011), que afirma que “a propaganda é, desde Napoleão, um negócio estratégico, um elemento indispensável no prosseguimento das operações militares contra o inimigo exterior” (p.73), observa-se que a guerra não se faz mais com armas, mas com ameaças, o sujeito é comportado pela mídia.

Sobre a política e a propaganda, Pêcheux (*idem*) assevera que o Estado Capitalista Moderno passa a ser mestre da arte de agir à distância, e essa ação (pode) ocorre(r) através das Línguas de Estado, assim definidas pelo autor:

---

<sup>7</sup> Refiro-me à abordagem de Orlandi, no artigo *O Discurso Pedagógico; a circularidade* (1987,p.15), no qual a autora discute os diversos discursos que permeiam o universo escolar: o Polêmico, o Lúdico e o Autoritário, sendo o último o discurso produzido e reproduzido pela escola. Considero, portanto, que a placa inseri-se nesse discurso por fazer parte deste processo discurso e estar imersa nele.

É uma língua de Estado, isto é, uma série de estratégias de discurso obstinadas em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classe: ela usa uma falsa aparência para contornar indefinidamente o que todo mundo sabe e que ninguém pode dizer, essa língua tende assim a passar pelo real, a representá-lo sem distância, (...) o dizível e o existente devem coincidir sem falhas (PÊCHEUX, 2011,p.118).

A partir dessa definição, há a hipótese de que a placa de divulgação do IDEB possa funcionar como uma língua de Estado, pois é uma estratégia que demonstra uma imagem de um Governo que apresenta à sociedade e, em especial, à comunidade escolar, sua suposta preocupação com o “ensino de qualidade” à medida que o quantifica. Retomando a idéia de Barthes sobre o discurso do poder, a placa, que pode ser vista como personificação das ideias implementadas pelo governo, metáfora de um conceito, de uma escola, de um valor educacional distribuído, produz uma noção de erro/acerto, que só se soluciona quando o “erro” for “corrigido” e o acerto for consolidado. É nesse ponto que a figura do Estado entra no processo discursivo fazendo uso da língua de estado. Como já dito, usa-se a estratégia que busca mascarar as relações de classe e de poder e colocar a “nota” como índice que só foi produzido pelo “escolar” e não por uma “política escolar”. Neste momento, o Estado se ausenta de ser co-participante do processo educacional que propiciou a nota da placa. Por assim dizer, o estado sai de sua posição de participante ativo e coordenador do processo educacional da escola estadual e assume uma nova posição de “controlador” e de “fiscalizador” de um resultado. Ele se distancia do processo do qual faz parte para em sua nova posição se colocar como a voz segura e auto-suficiente capaz de mostrar como evidência aquilo que é tido como negativo. A nota deixa de ser um número e passa a ser vista como “verdade”, “evidência”. A nota passa pelo real e passa a representá-lo sem distância, vê-se que o dizível (a nota) e o existente (o governo que fiscaliza, cobra e divulga e a falta da escola-instituição) coincidem, sem falhas.

Este movimento não se encerra na análise estrutural e significativa da placa do IDEB, mas desconstrói a ideia explícita de divulgação de resultados em detrimento à sua construção como uma Língua de Estado e dos efeitos de seu jogo de imagem na retomada da memória discursiva. A língua de Estado e a propaganda caminham juntas.

É importante para este trabalho e para esta reflexão compreender como se dá a(s) língua(s) políticas. Zancarini (2008,p.11) considera “ a língua política ao mesmo tempo como um dizer *sobre* as práticas políticas e como um dizer produzido *no* exercício do poder; um

dizer da *arte dello stato* constitutivamente ligado a suas condições de produção”. Zoppi-Fontana (2011: p.69) retoma em seu artigo esses dizeres, afirmando que:

A língua política é como um modo de dizer produzido no exercício do poder, constitutivamente ligado a suas condições históricas de produção, que volta reflexivamente sobre si mesmo, tornando-se objeto explícito de confronto político tanto por aqueles que enunciam das instâncias próprias do campo da política, quanto por aqueles que produzem um discurso sobre essa língua (principalmente na mídia).

É possível verificar que a linguagem utilizada na placa é de um discurso político, ainda que educacional, que surge das instâncias do poder e é apenas revestido pela propaganda (política) de governo. Nesta direção, propõe-se pensar que “a língua política ganha existência e forma no acontecimento” (ZOPPI-FONTANA, *idem*: p.70)

Dentro do campo de estudos da Análise de Discurso a questão da “gestão da língua”, principalmente na política tem sido mote de diversas pesquisas. Conforme asseveram (GADET; PECHÊUX, 2004, p.117) há “o risco mortal que surge quando um pensamento estratégico, infiltrando-se no deslizamento infinito do sentido e do nonsense, decide comandar a língua”. Este risco surge diante do uso da língua política, especialmente, através da enunciação midiática que torna seus enunciados atraentes e receptivos. Esses autores, ainda alertam sobre os efeitos de se propor conduzir um discurso sob as “tentativas de controle e gestão da enunciação política”, que desconhecem o equívoco constitutivo da língua e acreditam conduzir o discurso para uma enunciação sem falhas, centrada no real e na comunicação perfeita. Desconsidera-se a divisão dos sentidos, a participação da memória na construção da significação, seja pelo uso da língua de madeira - língua própria dos regimes totalitários, colada no real, que funciona sob a ilusão da coincidência entre o dizível e o pensável -, ou pela língua de vento – língua própria dos regimes democráticos e das propagandas, da persuasão, da sedução. Com efeito, a língua é importante instrumento da manutenção do poder, seja através da política ou da educação. Política de educação.

De acordo com Zoppi-Fontana (2011: p.71):

observamos dois regimes de enunciação política: um com fundamento na ilusão referencial e na transparência da linguagem; outro com seus alicerces profundamente fincados na ilusão comunicativa, nas potencialidades dos meios, na imaginárias coincidências entre os interlocutores. regimes que se misturam nas atuais condições de produção do discurso político.

Dentre o uso das línguas políticas vemos a Língua de Estado se presentificar na placa, que não deixa de mostrar na sua formulação a presença das línguas de madeira e de vento, mas que usando do exercício da propaganda e do poder do Estado, se coloca sobre as questões educacionais.

As definições do termo “guerra ideológica” e da “questão da propaganda” como “diversas operações midiáticas de massa desenvolvidas pela grande burguesia multinacional contra tudo o que resiste a sua política” (PECHÊUX,2011,p.73) e “guerra permanentemente preventiva instalada no interior da paz social” (IDEM,2011,p.73), respectivamente, trazem o conceito de propaganda no contexto político–social no qual está inserida a placa nota. Se a questão da propaganda é indispensável no “prosseguimento” das operações militares contra inimigos exteriores e na permanência da paz social, é possível que a placa seja uma ratificação, um monumento, que lembre que estamos numa guerra (dita educacional) e que essa continuará, mas, ao mesmo tempo, este objeto simbólico promove (divulga) a paz, não no sentido de conforto espiritual, mas de evitar a resistência por parte dos sujeitos envolvidos no processo que ela instaura, propondo uma aceitação pacífica daquilo que lhes é imposto e deverá ser melhorado, superado, isto é, como se dissesse: *a nota de sua escola é 4,5, é preciso, então, melhorá-la/aumentá-la. Ou “saia do vermelho”*. Ao se desdobrar essas direções de sentido percebe-se que em ambas o sujeito é responsabilizado, há uma injunção de adesão à guerra educacional, mas não sinaliza como isso deverá ser feito, portanto, o sujeito é conduzido a participar e significar um processo do qual faz parte sem saber em que posição este se encontra. Neste ponto, pensamos que por não saber o como agir os sujeitos passam a acatar qualquer injunção de ação. Vê-se, aqui, a linguagem e a ideologia conduzindo os sujeitos a materializá-las a partir de suas ações e posições assumidas. O que se vê é o assujeitamento pela linguagem.

A partir desses apontamentos e do conceito de “guerra ideológica” (PECHÊUX, 2011), observamos a relação da propaganda do Estado em forma de placa, como forma de apagamento da resistência. E para compreender o funcionamento da placa na tentativa de expor que ao se pensar que o dizível e o existente (devem) se coincidem(ir) sem falhas, promove-se apenas a ilusão da literalidade da palavra e da ausência de falha, assim como requer uma língua de estado: que traz no discurso um fim que encerra, dá sentido em/a si mesmo.





### 3. CAPÍTULO 2- O DISCURSO DO IDEB E A PLACA DE NOTAS

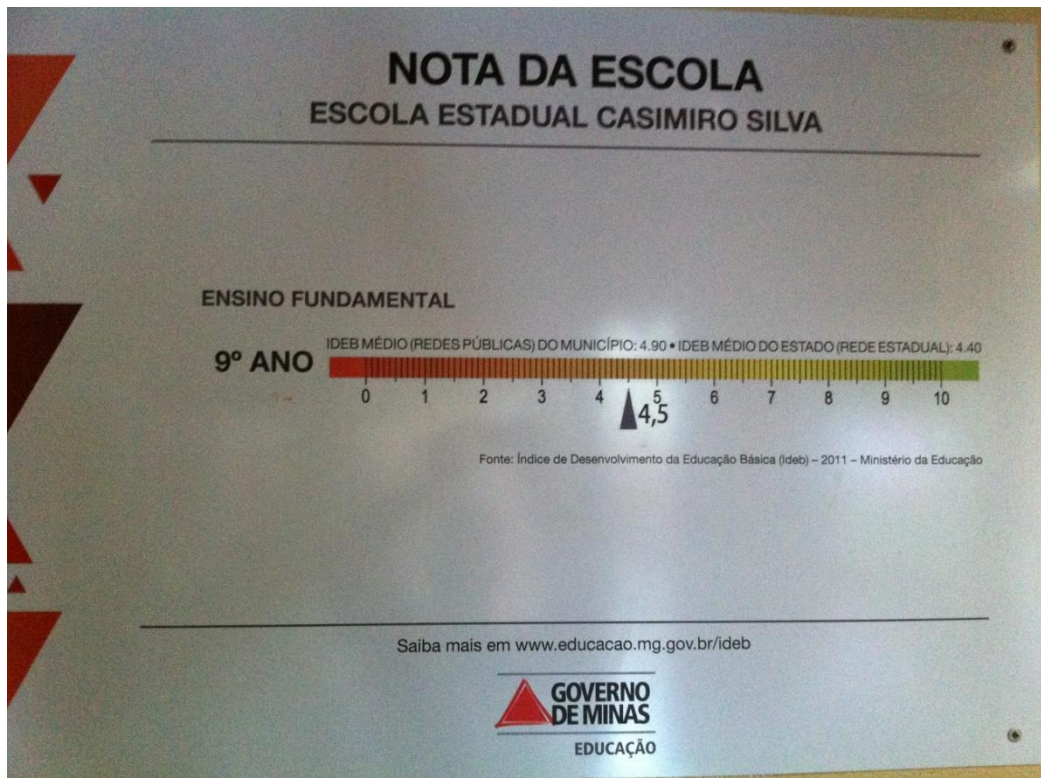


Foto da placa do IDEB na Escola Estadual Casimiro Silva em Boa Esperança, MG. Acervo Particular.

#### 3.1 O discurso do Ideb e o efeito do político

Como foi dito anteriormente a proposta desse trabalho é compreender o processo de significação que se constitui no discurso do IDEB, através do funcionamento das placas expostas no espaço escolar estadual de Minas Gerais. Para tanto, analisamos a discursividade da placa, tendo como hipótese a de que ela corporiza um discurso presente nas propagandas

políticas, que, por sua vez, talvez, funcione como Língua de Estado, isso, pois, considerando discurso enquanto efeito de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 1969).

A placa analisada, neste trabalho, é uma dentre as várias espalhadas pelas escolas públicas estaduais de Minas Gerais. A fotografada acima se encontra na Escola Estadual Casimiro Silva em Boa Esperança, sul do Estado de Minas Gerais. A escolha desse *corpus* de análise se deu pelo fato de esta placa fazer parte do local onde trabalho e ainda pelo fato de apresentar um referente negativo, ou seja, uma nota que apresenta um índice insatisfatório em relação ao trabalho educacional da instituição da qual faço parte. Apesar de o foco desse trabalho não ser a nota insuficiente estimada pelo índice, é conflitante se ver exposto – em forma de placa – um dado tido como desfavorável que, de certa forma, caracteriza e qualifica a escola. Ao longo da análise, observar-se-á efeitos de sentido produzidos pelo discurso da placa que vai além desse dado.

Em relação à propaganda política, é importante salientar que diversos artigos foram escritos sobre a propaganda política e seus efeitos, porém, no caso em estudo, não há registros de análises sobre a propaganda política e a placa do IDEB. O *corpus* analisado nessa dissertação demanda uma investigação que observe e discuta quais são os possíveis efeitos produzidos pelo discurso da placa não só no espaço educacional, mas no espaço social da escola e da cidade.

Nesta direção, a análise de discurso que propomos não visa a questionar as intenções governamentais ou as políticas públicas, mas propor reflexões sobre como o discurso político funciona no espaço educacional e como ele significa para os diversos sujeitos, tomando a placa do IDEB como lugar de observação de um processo de significação.

Com esse propósito, ainda, chamamos a atenção para o fato de que a placa em si, enquanto um discurso que produz sentidos, em sua formulação apresenta-se como uma fonte de dados e ao mesmo tempo como uma espécie de medidor atento, um instrumento que compara as notas de uma escola com outra, que mede o rendimento de cada instituição, além disso, a nota apresentada é chancelada pelo MEC, por meio do IDEB, pelo governo estadual, cujo discurso parece ser de controle.

Como se pode ver na foto acima, esta placa faz uso de elementos que fazem parte da construção de gráficos: números, título, fonte, nota e chamada. No alto, há o título em letras maiores com a inscrição “NOTA DA ESCOLA”, abaixo dessa inscrição, o nome da escola, a qual o a nota se refere. Abaixo do nome da escola, uma linha separa as informações referentes

à nota que se inicia com a indicação de nível de ensino “Ensino Fundamental” e o ano de ensino a ser amostrado: 9º ano.

Há nesse último dado algumas possibilidades de interpretação: se a nota se refere apenas ao ano que se apresenta ou se ela mostra, de fato, como propõe a constituição desse objeto, a aferição de um processo que se iniciou a partir da última verificação, feita no 5º ano do Ensino Fundamental e que se conclui nos anos finais desse ciclo de aprendizagem. E, ainda se a informação se propõe mostrar o índice de desenvolvimento educacional conquistado apenas pelos alunos, ou pelo grupo que desenvolve o trabalho educacional, sejam alunos, professores, ou equipe de apoio pedagógico.

Nesse ponto, é necessário pensar que o que conduz e estrutura o processo de ensino de uma escola pública estadual são as orientações e legislação, que são prescritas à escola pela secretaria de educação do governo vigente. Pode-se verificar essa dependência a partir da delimitação e definição de escola pública na lei nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Este documento rege, organiza e delimita funções na estrutura organizacional da educação do país. Nos artigos oitavo e dez do título IV pode-se ver a proposição de condução do governo.

§ 1º **Caberá à União a coordenação da política nacional de educação**, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo **função normativa, redistributiva e supletiva** em relação às demais instâncias educacionais.  
 § 2º Os sistemas de ensino **terão liberdade** de organização **nos termos desta Lei**.

(...)Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram **progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira**, observadas as normas gerais de direito financeiro público.(grifo nosso)

Apesar de na lei ou na proposta do Projeto Político Pedagógico existir uma autonomia partilhada, esta ainda se faz sob o controle do estado. Portanto, não há um isolamento de funções ou de responsabilidades atribuídas apenas à escola, há nesse gesto uma cumplicidade do resultado. O que se apresenta neste resultado é o efeito de uma política educacional.

Continuando a descrição da placa, a informação centralizada e, portanto, considerada a mais relevante nessa descrição é o dado a que essa construção enuncia: a nota do IDEB. Há uma escala comparativa dos IDEBs médios das redes públicas municipais de educação, sendo consideradas as escolas municipais e estaduais do ensino em questão, no caso é de valor 4.9.

Há, também, na sequência, o IDEB médio da rede estadual de ensino de Minas Gerais que é 4.4. O que se vê é uma comparação entre uma e outra.

A nota da escola é apresentada a partir de elementos de gráficos. São elementos que embora pareçam “dados” transparentes, eles clamam significações por estarem imersos no político.

Para fins de análise poderíamos desconstruir a placa em dois grupos: o informativo e o respaldo. O primeiro grupo traz números, dados comparativos, e o segundo traz as assinaturas, o respaldo que certifica a informação, IDEB, a logo do governo de Minas Gerais e o site do Ideb, que sustentam a informação e a tornam confiável e evidente, pois a legitimam a partir do interdiscurso, “aquilo que fala antes, em um outro lugar”, segundo Orlandi (1995,p.31). É a ideologia funcionando, naturalizando os sentidos como se a linguagem fosse transparente e não opaca. Provocando a evidência de um único sentido, eliminando a polissemia e negando a metáfora que é a própria nota. Ao se observar o processo parafrástico, “que representa o retorno aos mesmos espaços do dizer” Idem(1995,p.37), na nota pode-se ver sedimentado, constituído a partir da memória do dizer a nota como índice, dado (não fato), resultado aferido que confere à instituição um bom ou mal desempenho. Este índice ecoa em todo o espaço escolar. Ainda que exposto em um objeto pequeno (a placa), seu teor assume um poder de expansão e convencimento.

Ao se conceber o deslize de **nota** para **resultado** como parte do funcionamento discursivo da placa, pode-se perceber que a nota/resultado remete a uma memória de finalização/encerramento, não conduz o sujeito a pensar em processo, em interferência, em possível mudança. Mas se mostra como algo medido e resultante. Faz o leitor pensar: se é um resultado, o que eu posso fazer para mudá-lo? Cabe a mim apenas aceitá-lo. É o efeito da memória discursiva, é o já dito impedindo os novos dizeres.

As informações que circundam a nota dividida no primeiro grupo se apresentam através de uma “régua, que é um instrumento utilizado em geometria, próprio para traçar segmentos e medir distâncias pequenas” (Dicionário Online). Pela sua finalidade de aferir medidas de pequena escala é incorporada ao desenho técnico e na engenharia, conduzindo a um efeito de evidência de que há uma medida, um valor exato para as coisas, neste caso, para o "rendimento" escolar.

As régua são compostas por lâminas de madeira, plástico ou metal e podem conter uma escala, geralmente em centímetros e em milímetros. A régua em questão apresenta duas

escalas: uma milimétrica, que remete ao convencionalismo desse objeto e uma outra que se destaca pelo uso de cores que crescem do vermelho, passando ao laranja, amarelo chegando ao verde.

Partindo do pressuposto de que as cores possuem significação construída historicamente, podemos dizer que as cores utilizadas na placa reforçam a idéia de progressão como necessária, pois, se deve sair do vermelho, cujo sentido mais imediato está ligado à ideia de perigo e risco e caminhar para ao verde, cujo sentido é oposto ao vermelho, inscrevendo-se na tranquilidade que o sentido de essa cor retoma, como parte da natureza.

O acréscimo, abaixo da linha inferior que divide as informações da placa, da inscrição “*SAIBA MAIS*”, que encaminha o leitor ao site – também governamental - remete à contemporaneidade marcada pela tecnologia da informação, à rapidez e concisão da informação veiculada, pois se apresenta na forma de links, recursos do hipertexto que permitem ao internauta/leitor, em seu gesto de leitura, ampliar, segundo a condução do governo, o universo de informações que lhe é oferecido. Se por um lado a placa se mostra como gráfico que informa dados tidos como evidentes, concretos; por outro, à medida que observamos seu funcionamento, nos deparamos com o que não é dito na placa, mas que a constitui e produz sentidos.

Ainda, observando a placa, notamos que o dado mais relevante se posiciona centralizado na placa, o valor 4,5, que se refere ao IDEB. Este índice foi construído no espaço educacional possuindo o referente: foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o INEP, sendo esse órgão uma autarquia do Ministério da Educação (MEC), e representa a iniciativa de apresentar indicadores da qualidade educacional propostos pelo Plano Nacional da Educação (PNE) que apresenta segundo afirmação governamental, “importantes ações para melhorar a qualidade da educação”.

Essas placas, com a proposição de divulgação das notas obtidas pelas instituições de ensino público estadual no ano de 2011, visam a confirmar o envolvimento do Governo do Estado de Minas Gerais com o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido, em 2007, com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Porém, temos a impressão de que seu discurso fala além da proposta governamental, parecendo corporizar um discurso político-educacional que significa diferentemente para seus interlocutores, seja devido à memória ou ao efeito-leitor (ORLANDI, 2001). Esse discurso se sustenta em uma língua de estado, “que é o modo pelo qual ele (o estado) dá sentido a si mesmo num gesto político e

que, no caso da propaganda, tem a mídia como meio”(Orlandi,2012,p.107), pois a placa, enquanto objeto simbólico que produz efeitos de sentido gera possibilidades de significação, na qual as condições de produção a fazem produzir sentidos (ORLANDI, 2001). Vê-se presente o jogo entre a literalidade e o político.

O político, em Análise de Discurso e como parte do dispositivo teórico desse trabalho, define-se como divisão dos sentidos. De acordo com Orlandi:

Os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora “pareçam” os mesmos. Esta divisão tem a ver com o fato de que vivemos em uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam essas divisões. Como sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo não só os sujeitos são divididos entre si, como o sujeito é dividido em si (p. 12-grifos da autora).

Por outro lado, a relação entre discurso político e propaganda política também será observada em nosso estudo. Isso porque a placa do IDEB parece funcionar na publicização de um projeto político de governo, na qual a língua de Estado que se configura a partir da língua de madeira e língua de vento (PÊCHEUX, 2011), ambas reunidas na produção de efeitos de sentido.

A relevância dessa pesquisa se justifica pela necessidade de a escola, que se tornou mote de discussões políticas e que deve participar do processo de inclusão dos indivíduos na sociedade, seja ela educacional ou geral, perceber as significações e as corporizações do discurso político-educacional para poder se posicionar em face dele. A escola não tem o poder de decidir em qual ideologia se inserir, pois segundo Pêcheux (1988, p.131), o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e, portanto, não tem domínio sobre ela, mas (a escola) pode refletir sobre o funcionamento do político a partir da placa do IDEB e se dar conta do processo social de que faz parte.

Torna-se relevante, também, pensar que o fato de que para os profissionais da educação, nos quais me incluo, trabalhar numa instituição que deslocou-se do propósito de sua função, a de mediar o conhecimento científico, e que se tornou reprodutora de um discurso autoritário (ORLANDI, 1987, p. 37), estando, também, imersa nele, compreender o funcionamento dos objetos simbólicos do discurso pela perspectiva da Análise de Discurso, é refletir sobre as questões que mobilizam e constituem essa instituição. “O fato de que em uma sociedade como a nossa o saber é distribuído por uma rede institucional, hierarquizada em que o saber relaciona-se ao poder”(ORLANDI, 2010, p.15) nos faz perceber que o político

está presente em todas as relações sociais e a escola faz parte delas. Divide os sentidos, divide os sujeitos, divide a sociedade.

Em Orlandi (1987, p.22-23):

Podemos ler em Bourdier (1974) que a escola é a sede da reprodução cultural e o sistema de ensino é a solução mais dissimulada para o problema da transmissão de poder, pois contribui para a reprodução da estrutura das relações de classe, dissimulando, sob a aparência da neutralidade, o cumprimento dessa função.

Portanto, se faz necessário investigar o efeito produzido pela propaganda governamental no processo pedagógico e observar o funcionamento de uma língua de estado e qual efeito produzido por ela. E, ainda, analisar como o político está inserido na placa para poder compreender como certos sentidos tomados como evidentes circulam. Assim como o fato de que a nota seja um fator de qualidade que caracteriza/define a escola como boa ou ruim. Essa evidência produzida pela placa no universo educacional tem consequências. A fim de explicitá-las, tomando-a em seu modo de formulação, constituição e circulação, retomamos as condições de produção que a circunscrevem.

### **3.2 A situação, o sujeito e o IDEB: as condições de produção da placa**

As condições de produção compreendem sujeito e situação, também a memória, as formações imaginárias participam desse conjunto, conforme orienta Orlandi (2005,p.30). A autora explica que essas condições podem ser consideradas em dois sentidos: estrito ou amplo. Se as pensarmos no sentido estrito, temos o contexto imediato da enunciação. Se as considerarmos em sentido amplo incluem a conjuntura sócio-histórica, ideológica. Como se disse, a memória discursiva é parte integrante das condições de produção de um discurso à medida que é acionada na constituição de sentidos. Podemos compreender memória a partir da definição de Orlandi (2005, p.31), que explicita:

A memória (...) tem suas características quando pensada em relação ao discurso. E, nessa, perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em um outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos



memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma na forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O Interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva(...).

Compreender as condições de produção da placa permite construir observações sobre suas possíveis significações, que vêm pela memória, pelas filiações de sentido constituídas por outras vozes que foram se historicizando, marcadas pela ideologia. E, ainda, de que maneira no discurso projetam-se imagens dos interlocutores e do referente.

Nesta direção, observa-se que a situação de produção da placa remete a uma emergente política educacional, que foge aos muros das instituições e são publicizadas à medida que expõe dados ,como a nota do Ideb, a todos os indivíduos que circulam pelos espaços que rodeiam as escolas, o rendimento escolar não é mais (apenas) compromisso da escola, ao ser exposto ele passa a ser parte de um universo maior: o município , o estado, o país e talvez até o mundo ,onde assuntos como educação, meio ambiente e outros são tratados como problemas universais.

No espaço político-educacional, é perceptível a necessidade de divulgação do que se está fazendo pela educação pelo grande número de discursos publicitários. Tem-se a impressão de que, para o governo, a divulgação do que se diz fazer torna-se tão importante quanto o que se faz pela educação. No que se refere ao governo de Minas Gerais, é possível listar um grupo de propagandas<sup>8</sup> educacionais, no próprio site do governo, em revistas impressas ou mesmo em *outdoor*, cuja abordagem é semelhante, isto é há um incessante movimento de sentidos na divulgação do governo a partir do que ele diz fazer no tocante à educação.

No atual contexto sócio-político e educacional é possível ver que a necessidade de modernização dos procedimentos de intervenção educacional é demonstrada como um fator positivo para a melhoria da qualidade educacional. A placa também se liga a essa questão de modernização, que poderíamos deslocar para divulgação. Podemos pensar que é um movimento atual a redefinição do limiar entre o particular e o público, digo no sentido de tornar público, expor. Seja pelo uso das redes sociais, pela TV, rádio ou outras mídias, o

---

<sup>8</sup> Essas propagandas encontram-se no anexo deste trabalho.

compartilhamento de fatos tornou-se uma característica da atualidade. Pode-se pensar que ao utilizar de novas tecnologias discursivas o estado esteja também utilizando de novos artifícios para atingir o seu objetivo.

Portanto é nesse movimento entre a memória (constituição) e a atualidade (formulação) que se constitui as condições de produção da placa.

Para melhor situar o *corpus* da análise em face da constituição de sentidos produzidos por ele, em termos de condições de produção, considera-se também a conjuntura sócio-histórica-política do IDEB. Afinal, o elemento fundamental, em torno do qual a placa se forma é a nota da escola, ou seja, o seu índice de desenvolvimento. Notamos que, embora seja o dado mais relevante, se posicionando centralizadamente na placa, o valor 4,5, que se refere ao IDEB, é, inicialmente, um dado solto, cujo sentido necessita ser construído pelo leitor.

Este índice foi instituído no espaço educacional a partir de 2007, com a implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Este plano é um conjunto de programas que propõe melhorar a educação do Brasil, em todas as suas etapas, num prazo de 15 anos, a contar de seu lançamento em 2007. Apesar de abranger todo o sistema educacional do país, este plano se volta primordialmente para a educação básica que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

O PDE foi lançado em 24 de abril de 2007, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, membro atuante do Partido Trabalhista, partido, cujos discursos remetem à memória de socialismo, de “esquerda”<sup>9</sup>, por trabalhar em favor dos interesses do povo.

Segundo o site *Todos pela Educação*, o “PDE define como suas razões constitutivas a melhoria da qualidade da educação e a redução de desigualdades relativas a oportunidades

---

<sup>9</sup> Os conceitos “direita” e “esquerda” são originados nas assembleias francesas no século 18. Na primeira fase da Revolução Francesa, a Assembleia Nacional Constituinte foi montada para criar a nova constituição. Mas as camadas privilegiadas não aceitaram a exaltação das mais pobres, sentando-se separadamente, do lado direito. Devido a esse fato, segundo Bobbio(1995,p.13) a esquerda foi associada a luta de direitos pela massa desfavorecida e a direita ao conservadorismo das classes altas. Embora, hoje, no Brasil o limiar entre direita e esquerda não seja tão definido, ao que se refere à divisão político-partidária considera-se que partidos como o PMDB e PSDB sejam de direita, enquanto PT, PDT e PTB sejam de esquerda, por estarem o primeiro ligado aos interesses da elite econômica e o segundo aos interesses do povo e pela luta social.

educacionais – em outras palavras - o direito de aprender”. Chama-nos atenção a menção a um direito, o de aprender. Poderíamos parafrasear: o direito de estudar, o direito a não evasão, o direito de ter respeitado seu tempo de aprendizagem. Consideremos que aprender tem em seu interior uma transitividade que precisa ser preenchida: aprender o quê? Para quê? Esse preenchimento é da ordem do simbólico, e é atravessado por todos os dizeres que constituíram e foram constituídos no decorrer da história pela ideologia. Conforme Orlandi (2008, p.103):

O sujeito submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência de mundo determinado pela injunção a dar sentido, a significar(se) – em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado em que se reflete sua interpelação pela ideologia.

Juntamente ao PDE, foi criado também um Plano de Metas que é composto por vinte e oito (28) diretrizes que se convertem no intuito de melhorar o ensino nacional em todas as suas vertentes. Essas metas foram elaboradas com base em estudos preliminares realizados em parceria com organismos internacionais. O IDEB faz parte dessas medidas de melhoria da educação.

Como dissemos anteriormente, este índice foi criado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), órgão que é uma autarquia do Ministério da Educação (MEC), e representa a iniciativa de reunir num só indicador dois conceitos propostos pelo Plano Nacional da Educação (PNE) que apresenta, segundo afirmação governamental, “importantes ações para melhorar a qualidade da educação”. A nota do IDEB é calculada a partir de dois fatores: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Esse aferimento, que segue os critérios de coletas de dados da pesquisa científica, se baseia no seguinte pressuposto: “o resultado das avaliações **em larga escala** traz a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e permitem **traçar metas de qualidade educacional** para o **sistema**”<sup>10</sup>(grifos nossos), como afirma o MEC. O que se percebe nessa afirmação/formulação, sobretudo pelas palavras e expressões destacadas que constituem esse discurso, ou seja, "em larga escala", "lucro", "traçar metas de qualidade", "educacional" e "sistema" constituem a série central deste discurso e articuladas remetem a um discurso dividido. Trata-se do discurso da ciência e do capitalismo sendo colocados como parâmetro de qualidade e de lucro, pois há um pensamento circulante na sociedade capitalista para o qual

---

<sup>10</sup> Documento do IDEB disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>

o conhecimento é um fator benéfico ao acúmulo de bens – estaria interligada à relação de bens materiais e de conhecimento científico.

Por “científico”, pode-se compreender o conhecimento acumulado pelo homem no decorrer de sua história, e que *a priori* é a função inicial da escola em relação à educação, mediá-lo. Nesse movimento, vê-se que de maneira particular é que se “constitui o sujeito capitalista como sujeito de conhecimento, sujeitos à ciência” (ORLANDI, 2008, p.149).

A ciência e as diversas formas como ela circula no espaço social produz efeitos de verdade e de transparência. Seja a divulgação científica, ou um resultado ancorado na pesquisa científica – como se vê o resultado da nota do IDEB. Neste caso, a nota do IDEB parte, inicialmente, da coleta de dados sobre o perfil sócio-econômico e cultural de alunos e professores e da estrutura física da instituição. Esses dados são cruzados ao resultado de provas objetivas, aplicadas por profissionais recrutados pelo INEP. Essas provas possuem pré-definidos os objetivos aos quais os alunos devem/deveriam atingir, os chamados descritores, ou seja as capacidade e habilidades que seriam averiguadas e que devem/deveriam estar consolidadas no fim de cada ano/ciclo avaliado. Tanto a divulgação científica quanto um resultado ancorado na pesquisa que utiliza as bases da pesquisa, como é o caso da nota, produzem um deslocamento, uma significação à nota “impensável”<sup>11</sup>, nutrida de sentidos. Sobre isso, Orlandi enuncia (2008: p.150):

Coloco-me então questões acerca da apropriação coletiva do conhecimento, sabendo que, como sempre, em uma forma social como a nossa, quando distribuimos um bem social comum, produzimos uma diferença em algum outro lugar ou produzimos deslocamentos no próprio sentido desse bem.

Ora, as consequências desses efeitos diz respeito aos dois fatores numéricos que geram a nota do IDEB e, assim, afastam de seu processo de quantificação os fatores reais que levam a cada resultado.

Juntamente às provas e questionários para se chegar à nota do IDEB, calcula-se, também, o fluxo escolar. O controle do fluxo escolar, movimento monitorado pelo INEP através do Educacenso<sup>12</sup>, é uma pesquisa de censo escolar que faz um levantamento estatístico

---

<sup>11</sup> Tratamos por (im)pensável aquilo que não se pensa, não se reflete para agir ou construir um posicionamento é apenas o simbólico sendo construído a partir dos já-ditos.

<sup>12</sup> O **Educacenso** é um sistema on-line que visa coletar, organizar, transmitir e disseminar os dados censitários. Para isso, mantém um cadastro único de escolas, turmas, alunos, profissionais escolares em sala de aula, em

da educação no Brasil, em quatro aspectos: escolas, alunos, profissional escolar e turmas. O Censo Escolar é realizado anualmente. O período de coleta é definido por portaria, e o início da coleta ocorre na última quarta-feira do mês de maio, nomeada como o Dia Nacional do Censo Escolar. No ano subsequente, em fevereiro as escolas informam novamente os dados quantitativos da movimentação daqueles quatro fatores. Mas, o que nos interessa é o fluxo de alunos que se torna um dado para o cálculo do IDEB. São considerados, para fim de contagem, os alunos que permaneceram na escola e foram aprovados ou reprovados, e os que evadiram.

Pelo fato de o fluxo escolar não ser uma medida de aprendizado e qualidade escolar, numa abordagem mais simples desses conceitos, esse componente acaba de certa forma limitando, ou seja, tornando simplista o resultado do IDEB. Apesar de reconhecer que há efeitos de evidência construídos historicamente que conduzem muitas vezes à ideia de que se o aluno obteve a aprovação no ano letivo, ele atingiu, ao menos, o patamar mínimo de aprendizagem. É compreensível que apareça no cálculo da nota esse fator, mas colocá-lo com peso de equivalência junto ao valor da nota significar se pautar em, um parâmetro que não condiz com a realidade.

Outro ponto não menos importante e, portanto, passível de reflexão ao que se refere às condições de produção da placa de notas e ao mesmo tempo nos levam a compreender de que modo é formulada pelo IDEB, é a ausência de um currículo nacional padronizado e que esteja alinhado às provas Brasil e SAEB<sup>13</sup>. O resultado pode não avaliar da forma mais adequada o trabalho em sala de aula das escolas brasileiras. Mas, o mais importante a criticar é o fato de que a Prova Brasil (e conseqüentemente o IDEB) consegue captar (aproximadamente) apenas como estão os alunos no momento da avaliação e não o que a escola forneceu de aprendizado a eles. Não se considera o percurso educacional do aluno, sua evolução, já que não há uma

---

uma base de dados centralizada no Inep, possibilitando maior rapidez na atualização das informações. [portal.inep.gov.br/web/educacenso/perguntas-frequentes](http://portal.inep.gov.br/web/educacenso/perguntas-frequentes)

<sup>13</sup> O SAEB e a Prova Brasil são dois exames complementares que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizado pelo INEP/MEC, abrange estudantes das redes públicas e privadas do país, localizados em área rural e urbana, matriculados na 4ª e 8ª séries (ou 5º e 9º anos) do ensino fundamental e também no 3º ano do ensino médio. São aplicadas provas de Língua Portuguesa e Matemática. O resultado final é feito por amostragem, embora a Prova Brasil não seja por esse método ela vem expandir os resultados oferecidos pelo SAEB. Nesses estratos, os resultados são apresentados para cada unidade da Federação e para o Brasil como um todo. Segundo o site <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>.

relação lógica e direta de que o grupo de alunos avaliados no 5º ano do Ensino fundamental seja o mesmo grupo avaliado no 9º ano do mesmo ciclo.

Pode-se compreender que a ideia de se informar a nota em suporte acessível e de direcionamento ao sujeito interessado seja bem intencionada e é possível considerar importante que a população tenha acesso fácil a informações sobre o ensino nas escolas, mas dar realce a uma informação complexa de maneira simplória e ainda dando a ela a legitimidade de um indicador de qualidade do estabelecimento de ensino pode estigmatizar alunos e profissionais de forma injusta e inconsequente e desestimular trabalhos que reduzem a desigualdade. Pois, considere-se que escolas que atendem grupos desfavorecidos (sejam eles de baixa renda, de aprendizagem lenta ou pertencente às minorias) são instituições que requeiram maior tempo para a aprendizagem dos alunos e talvez tenham em seus resultados (seja de aprovação/reprovação ou de desempenho) índices numéricos relativamente mais baixos ao de escolas que possuem fatores favorecedores do processo educativo e à aferição dos resultados deste índice.

A placa com o IDEB da escola poderia, podem dizer alguns, estimular os pais a matriculem seus filhos em escolas com um IDEB mais alto. No entanto, além de o IDEB, como dito anteriormente ter problemas para mensurar a qualidade, essa hipótese não parece válida, pois o principal critério utilizado para matrícula nas redes públicas é o local de moradia do aluno, ou que o se chama tecnicamente de zoneamento, não havendo aos pais muita possibilidade de escolha. O que cabe aos pais é permanecer com seus filhos na mesma escola.

Um processo de intervenção de pais no processo educativo desta escola seria apenas sugestivo, e diante desse contexto hipotético, sabe-se que uma solução favorável demandaria recursos mais efetivos.

Portanto, esse índice serviria penas para enquadrar, regular, *régler*<sup>14</sup>, controlar, isentando o Estado da responsabilidade compartilhada. Apenas os pais devem cobrar da escola mudança. Como se o Estado recrutasse seu exército, que lutaria a favor daquilo que é de interesse de todos, mas antes interesse do governo. Como se o Estado dissesse “não é mais

---

<sup>14</sup> Régler em francês significa regerar, que pode ser entendido na direção de, nestas condições de produção, não só de controlar, mas de dirigir, governar.

compromisso meu, agora é compromisso de vocês"; "Fiz minha parte, diagnostiquei, cobrem novos resultados".

### 3.3 O índice e sua circulação: como o IDEB se apresenta

As condições de produção de um discurso o faz significar, por isso ao pesquisar na internet informações sobre este índice, pode-se perceber como seu sentido circula socialmente. Utilizando a ferramenta de busca do Google, o que aparece nos primeiros resultados de busca e ainda se repete na primeira página de resultado é o site “Todos pela Educação”<sup>15</sup>, que apresenta em tópicos, em forma de subtítulo e conceituação, o texto abaixo, que retoma o texto do IDEB, ou seja, reproduz sua voz. Vejamos

O IDEB das escolas e das redes de ensino varia em uma escala de zero a dez, assim como as notas escolares variam usualmente. **O IDEB é um indicador nacional** que possibilita **o monitoramento da qualidade da Educação pela população. É um dado concreto, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias** (grifos nossos).

É importante observarmos o modo como o IDEB diz dele mesmo, ele se define como um indicador nacional, isto é, como se atingisse uma totalidade tendo em vista o fato de se dizer nacional. Na sequência, afirma que, enquanto índice, ele possibilita o monitoramento da qualidade da Educação. Pensemos no que significa enunciar *monitoramento*, que inicialmente poderíamos relacionar com vigilância, o controle, a regulação. É interessante notar que esse monitoramento é também atribuído à população. Assim, parece o IDEB dividir o papel de monitor com a população, podendo se pensar que nessa partilha de funções o que se consolida é um fortalecimento dessa ação de controle.

Consideremos que se “a escola (a educação), é a solução mais dissimulada para a transmissão (hierarquização) de poder” (BOURDIER,1974,apud.ORLANDI, 1987,p.22), esse monitoramento não ocorre apenas no IDEB, mas em todo processo educacional.

---

<sup>15</sup> Fundado em 2006, o *Todos Pela Educação* é um movimento da sociedade brasileira que tem como missão contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o País assegure a todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade. Em fevereiro de 2014, o Todos Pela Educação teve seu estatuto reformado para se qualificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Em relação ao índice, o IDEB afirma ser um dado concreto. É neste sentido que observamos a força de um dizer que se apresenta como inquestionável, uma vez que se coloca como concreto, como se dissesse "isso é verdade", "é a realidade". Ao explicar seu procedimento, que é pautado num cálculo (“**se a média das notas nas provas de determinada escola for 7 e, se essa mesma escola tiver 70% de aprovação, seu Ideb será 4,9:  $7 \times 70\% = 7 \times 0,7 = 4,9$** ”), ele marca em sua formulação um dizer construído com base em cálculos matemáticos, num procedimento lógico, que produz efeitos de sentido que se estão ligados a um procedimento talvez considerado científico, dado seu cálculo baseado em uma logicidade que, por sua vez, remete a um discurso dito científico.

Vejamos outro recorte abaixo:

As notas das provas de língua portuguesa e matemática são padronizadas em uma escala de zero a dez. Depois, essa nota é multiplicada pela taxa de aprovação, que vai de 0% a 100%. Por exemplo, **se a média das notas nas provas de determinada escola for 7 e, se essa mesma escola tiver 70% de aprovação, seu Ideb será 4,9:  $7 \times 70\% = 7 \times 0,7 = 4,9$** Na criação do IDEB, foram **calculadas metas de melhoria da Educação**, ou seja, se o País tem mais estudantes com boas notas e mais aprovados na escola, isso é sinal de que houve **melhora no aprendizado** e no sistema educacional. **O Ministério da Educação (MEC) tem metas** para cada uma das escolas e também para os municípios, estados e para a federação. O objetivo principal, segundo o MEC, é que o **Brasil conquiste 6 pontos no IDEB** da primeira etapa do Ensino Fundamental até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil. Essa nota é equivalente à média dos estudantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2005, primeiro dado disponível (e anterior à criação do Ideb, em 2007), a nota do Brasil para essa etapa do ensino era 3,8. As metas das escolas não são todas iguais, são diferenciadas para cada rede e escola. Estados, municípios e escolas deverão **melhorar seus índices** e contribuir, em conjunto, para que o Brasil chegue à **meta 6 em 2022**. Mesmo quem já tem um bom índice deve continuar a evoluir. No caso das redes e escolas com maior dificuldade, as metas prevêm um **esforço mais concentrado**, para que elas **melhorem rapidamente, diminuindo, assim, a desigualdade** (grifos nossos).

É a partir de metas alcançadas que a melhoria na Educação pode se dar, segundo o discurso do IDEB, pois ele afirma que a melhora da educação está atrelada ao resultado desse índice. No recorte acima, vemos um discurso alinhado ao capitalismo que se pauta em metas,



em números, em cálculos, na busca por crescimento, produção, lucro. Sob esse enfoque, pensando no *corpus* de análise, é possível perceber que, na ilusão da literalidade do sentido e da função a que a placa se propõe – que é informar o desempenho da escola num processo de aferição, ela traz à tona toda uma visão capitalista, para qual o valor e o aproveitamento devem ser otimizados ao extremo e que a questão comparativa aponta para uma competição por produção que vem sendo construída historicamente desde a revolução industrial e que é uma, dentre outras, das faces do capitalismo. Apesar de estar (re)vestida de informação, como todo processo midiático, ela se situa em uma posição-sujeito cujo discurso se fundamenta na ordem discursiva do capitalismo e busca convencer, pois se antecipa apresentando um discurso neo-positivista (baseado no conhecimento científico: a nota foi aferida por um processo regulador) e capitalista (devemos otimizar o lucro/a nota) que se filia à memória discursiva. A argumentação que a placa se propõe trata de tentar transformar o leitor-receptor, ou ao se tomar a noção de individuação trabalhada por Orlandi (2008), que afirma que o Estado e suas instituições individualizam o sujeito, observamos que o discurso da placa/do IDEB/do Estado individualiza o sujeito em “vigilante da nota e um ser possível de fazer exigir um resultado melhor”. Assim, a placa constrói um leitor, ela o convoca a ser vigilante e colaborativo a partir do modo que o individualiza e o coloca como responsável pela mudança da nota.

Retomando, é um discurso que faz ressoar discursividades ligadas, por exemplo, ao fordismo e que avança reproduzindo o discurso da produção acelerada, de metas para atingir "o lucro" a todo o custo e assim eliminar as desigualdades

Historicamente, o fordismo provocou uma racionalização do trabalho. Entre o final do século XIX e início do século XX ocorreram mudanças no capitalismo ocidental que ecoam até hoje nas relações de trabalho, econômicas e sociais e na forma como os sujeitos significam essas relações. Nesse processo, há uma forte marcação da concorrência, por assim dizer, da “livre concorrência”, que paradoxalmente escraviza o sujeito na corrida pelo resultado positivo.

O que parece funcionar no discurso do IDEB são ecos da hipótese “fordiana” (PINTO, 2007) que afirma que se os produtos fossem padronizados e fabricados em grande escala, os custos diminuiriam e o produto seria mais acessível. Dessa forma, inúmeros trabalhadores passariam a realizar uma única função repetitiva e o ritmo do trabalho seria mais rápido e

mais simples. É um discurso que anula o processo de desenvolvimento do produto. E, no caso da educação, anula o desenvolvimento do aluno em detrimento do resultado – como vemos em negrito no discurso do IDEB - que prevê um esforço concentrado, melhora rápida, e com “resultados facilmente assimiláveis”. É a voz de um capitalismo que se materializa no simbólico, é o sistema Ford de produção sendo retomado pela memória do dizer, não se detendo a ele, mas avança a partir das políticas econômicas neoliberais de hoje que atualizam esse discurso, que definem a maneira pela qual o IDEB se apresenta.

É possível também perceber, pensando no conceito das formações imaginárias de Pêcheux (1969), que a significação desse discurso está atrelada à forma como os sujeitos projetam imagens de seu interlocutor e de seu referente. Isto, pois, se pensar no sujeito da Análise de Discurso, vê-se que esse sujeito não é empírico, mas a “posição sujeito projetada no discurso (...) isso se dá no jogo das formações imaginárias que presidem todo discurso” (ORLANDI,2010 p.15). Para Pêcheux (1969), no jogo das formações imaginárias o sujeito tem uma imagem de si ao participar de um discurso, assim como ele projeta uma imagem do seu interlocutor e do referente. Portanto, um discurso estabelece uma relação direta e necessária com esse imaginário, pois o que conta é a posição assumida ou atribuída pelos locutores.

Há também, a questão da antecipação e das relações de força, “o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que este lugar representa” (*apud* ,2010,p.15), que serão tratadas mais abaixo.

Com base nas formações imaginárias, vemos que a perspectiva de leitor imaginário, pela organização do site *Todos pela Educação*, prevê, isto é, antecipa a imagem de um leitor, que busca "informações" sobre o índice. E a ele dá uma resposta com base em números, o que convoca uma precisão de valor. É certo que numa sociedade capitalista os números são apreciados, pois sua marcação está ligada a resultado, ao lucro ou ao prejuízo. A presença de “dados estatísticos” e de “exemplos concretos” são amplamente trabalhados no ensino escolar da construção textual da tipologia dissertativa-argumentativa, especialmente por serem formas de argumentar, de comprovar a tese defendida. Esta modalidade de escrita é supervalorizada nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio por ser um modo de aferição da

competência da escrita nos exames vestibulares e no Enem. O que pode atravessar a antecipação desse sujeito-leitor.

Ainda a respeito do *Todos pela Educação* chama-nos a atenção o slogan **Todos somos Educadores, você também pode ser**, que está atravessando a política do IDEB, do MEC, e sua formulação é muito opaca, pois o pronome todos faz indefinição vir à tona a pergunta: quem é esse todos? *Todos* poderia ser parafraseado por: Os pais, professores, alunos pela educação, ou ainda o MEC, o IDEB, o INEP pela educação? Ao insinuar e não definir quem são esses *Todos* fica aberto ao equívoco. Este equívoco se ancora em se pensar que o todos é um todo mundo e ao mesmo tempo um ninguém devido a sua indefinição semântica. Mas o que fica evidente é que se coloca é uma espécie de chamamento, de convocação para o trabalho de monitoramento. É novamente o capitalismo anunciando: faça sua parte “na esteira de produção”, vigie o processo e verá o resultado.

Para isso, a ação governamental de “compromisso pela educação” confirma a proposta do governo do estado – veiculada fartamente na mídia - desse compromisso com a educação, fazendo perdurar o discurso de que Minas Gerais tem “a melhor educação do país”. Ao se tornar autor, ou melhor, propositor da placa, o governo sofre um deslocamento de sua função, assumindo uma nova posição de utilizar a propaganda como arma de estado, deixa de lado o liberalismo e passa a conduzir a informação. “O lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que este lugar representa” (ORLANDI, 2010, p.16).

Ao se deslocar "aparentemente" da função de gestor, o governo não se desvincula do poder que lhe cerca e que lhe é permitido legal, historicamente, socialmente, ele apenas se pauta em um outro modo de dizer. Dizer esse que afeta consequentemente o modo como o IDEB se apresenta e, portanto, se significa em/pelo seu discurso.

### 3.4 Corpo do texto, corpo dos sentidos

A perspectiva teórica da Análise de Discurso trabalha na observação do sujeito e da língua significando na história. Ao analisar um discurso, o fazemos com base em suas

condições de produção, como dissemos no primeiro capítulo deste trabalho. De acordo com Orlandi (2008, p.31):

(...)no exercício do entremeio a praticar uma escrita que se inscreva na ordem do conhecimento sobre a linguagem(...) e para isso é preciso ligar descrição e interpretação.

Com esse propósito, damos continuidade à apresentação das condições em que foi produzida a placa de notas do IDEB, dessa vez, mobilizando a descrição e a interpretação com ênfase na formulação da placa.

Para tanto, retomamos, ainda, o fato de que, de acordo com Orlandi (1999), as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos que produzem o discurso e a situação em que os discursos são produzidos.

Ao se pensar a placa a partir da situação imediata em que é produzida, enfatizando a sua formulação, que, conforme explica Orlandi (2008,p.9) se dá em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas”, vemos a placa de notas do IDEB, instalada em “lugar de fácil visibilidade”<sup>16</sup> nas escolas públicas estaduais de Minas Gerais, a partir das orientações da SEE (Secretaria de Estado da Educação). Se pensarmos nos sujeitos que produzem seu discurso, temos uma conjuntura governamental que compreende toda uma estrutura composta por governador, equipes auxiliares do governo, deputados e até mesmo a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, que surge da política do governo do Estado vigente no ano de 2013.

Neste período Minas Gerais é governada pelo professor Antônio Augusto Junho Anastasia, integrante de uma política de direita, fazendo parte do PSDB, partido opositor ao do governo federal que é PT.

A política do IDEB é federal, mas a instalação das placas foi apenas adotada pelo Estado de Minas Gerais, administrado pelo PSDB, num momento em que o Brasil é governado por um partido de oposição, o PT. As propostas desses dois partidos são divergentes nas esferas federal, estadual e municipal. No entanto, ambos se fundamentam no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e no Plano Nacional da Educação (PNE).

---

<sup>16</sup> A utilização desse termo entre aspas remete à fala de orientação da SRE para a cerimônia de colocação da placa nas escolas públicas do Estado.

## 4. CAPÍTULO 3-PLACA *CORPUS*, PLACA-DISCURSO

### 4.1 Uma placa de notas?

A placa que tomamos como exemplar para a análise foi instalada na Escola Estadual Casimiro Silva, na cidade de Boa Esperança, MG. Ela divulga uma nota referente ao desempenho dos 9º anos do Ensino Fundamental desta escola no ano de 2011. Esta é uma das 2977 placas instaladas mediante solenidade prescrita pela SRE (Secretaria Regional de Educação), e anteriormente pela SEE (Secretaria Estadual de Educação). É, ainda, importante destacar que a placa traz em seu entorno dados que contribuem e que permitem identificar seu funcionamento.

A *placa-corpus* se encontra no galpão central da escola estadual Casimiro Silva, entre as salas de aula, sala de orientação e supervisão pedagógica e sala do professores sendo, portanto, exposta em lugar de fácil visibilidade.

Ainda, a partir do seu contexto de enunciação, é possível perceber que a placa é um objeto, “fato” amostral que expõe um resultado de um levantamento quantitativo de um processo ou ciclo educacional. Este objeto “informa” uma nota não se importando se o dado fornecido (a nota) é ou não favorável ao processo educativo ou ao processo de ensino que, neste caso, ela representa.

Neste sentido, é que a pensamos na relação com a língua de Estado tal como Pêcheux a define, visto que mascara a existência da contradição, apaga o político e se apresenta como real, isto é, a nota é tomada como dado real e não como um dado construído.

Como dissemos anteriormente, quando os sujeitos estão num processo discursivo, eles ocupam posições, lugares não-empíricos, a partir de formações imaginárias que, por sua vez, sempre resultam de processos discursivos anteriores. Essas formações se manifestam no

discurso pela antecipação: o sujeito A, ao dizer, projeta uma imagem de si mesmo, uma imagem do seu interlocutor e do referente. Neste processo, ele tem a ilusão de ser o condutor do seu discurso e estabelece suas estratégias de comunicação, que é o que podemos também chamar de argumentação, ou melhor, com base na argumentação. É claro que o lugar que o enunciador assume neste processo já demonstra a presença das relações de força e sentido. Sendo as relação de força constituídas e determinadas pela formação social na qual está inserido o sujeito. Paralelamente, as relações de sentido apresentam que não há texto que não se relacione a outros textos, assim como um texto é atravessado por várias formações discursivas, é o efeito de pré-construído “como se esse elemento já se encontrasse sempre-aí por injunção da interpelação ideológica (PECHÊUX,1975, p. 164)”. É nesse ponto que a ideologia traz a enlace do discurso à sua exterioridade, pois os efeitos de sentidos são todos igualmente evidentes por um efeito ideológico que produz a sensação de que um enunciado diz o que realmente quer dizer.

É por essa perspectiva que se instala o político. Segundo, Orlandi (1998, p.74):

O político compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história.

Portanto, qualquer enunciado, ou melhor, qualquer discurso pode ser considerado político, dependendo das condições que possibilitam sua emergência. Segundo Ferreira-Luz (2014, p.13):

Embora o dissenso seja constitutivamente político, uma vez que os sentidos são sempre divididos, são as condições de produção de um discurso as responsáveis pelo seu pertencimento ao campo do discurso político, isto é, são os efeitos de sentido produzidos que o politizam.

Portanto, é um equívoco pensar em política/político apenas como processo eleitoral, ou de governança. Ou ainda como um ente abstrato que se personifica em leis que regem um estado. A política ou, por assim dizer, o político pertence a todo dizer.

Ao se pensar o contexto de formulação em que está imersa a placa, o que pesa não é o valor da nota em uma escala, mas o que ela representa, ou melhor, significa, produz enquanto efeito de sentido. De certa maneira esta placa funciona como uma propaganda, e dadas as condições e proposições de uso desse recurso social há uma falha visível nesta função: as propagandas imaginariamente buscam favorecer um grupo, uma ideia ou indivíduo,

persuadindo o receptor e o conduzindo a seguir uma injunção; ou a criar, mudar um pensamento ou ideia a respeito de uma proposição veiculada por alguma mídia, que venha a favorecer um propositor. Esta falha propõe uma nova significação, a de alerta, de cuidado.

Neste caso, o que se veicula é um dado desfavorável, que não acrescenta, nem beneficia o trabalho educacional da escola e, portanto, do estado que a subsidia. Sendo assim, se a placa se serve, num sistema segregador, para veicular um fato negativo que gera uma injunção de alerta, ela também faz da imprensa e da comunicação mais um instrumento de cunho oficial, deliberando aquilo que é do interesse do Estado. Orlandi (2012,p.107) propõe:

Uma reflexão que fale sobre Propaganda Política e a Língua de Estado. Ou seja, uma reflexão sobre como se faz circular a política pelos meios de massa para a população em geral e que essa política assim formulada o seja pelas instâncias do Estado. O que estamos chamando Língua de Estado (...) é o modo pelo qual ele (**o estado**) dá sentido a si mesmo (grifo nosso).

Ao apresentar uma informação negativa num processo de trabalho, a nota deixa de ser um fato a ser informado e passa a se constituir como metáfora, que vista pela da Análise de discurso, é uma forma de dizer o mesmo de outra maneira, "uma palavra por outra", como define Pêcheux (1975, p. 301). Neste caso, vemos uma nota se metaforizar em conceito uma vez que a nota aparece como um dado que qualifica ou não a escola, os professores, os alunos.

Há ainda um aspecto a se pensar: se é o governo que divulga a nota - o que pode ser visto pela assinatura da marca, ou pela logo abaixo das informações veiculadas -, pressupõe-se que ele mesmo aferiu este resultado e, logo, está cumprindo com a “construção” e “divulgação” de uma educação de qualidade. Ele se coloca como autor, ou melhor, exerce uma função-autor (ORLANDI, 2001) que, é uma das posições assumidas pelo sujeito, sendo ela a mais afetada pela exterioridade, condições sócio-históricas e ideológicas.

Nesse contexto, vemos a placa se transformar de objeto a fato discursivo. Define-se como fato, conforme Orlandi, “um dado provido de sentido que se produz como objeto da ordem do discurso e nos conduz à memória discursiva” (1996, p.2012). A concepção de fato traz para os estudos da linguagem a possibilidade de trabalhar com os processos de produção dos discursos, já que remete, não à evidência dos dados empíricos, e sim aos acontecimentos histórico-sociais em torno dos quais se funda um discurso. Todo fato, para se constituir como tal, precisa ter algo de empírico em si. A placa, no contexto em que se apresenta, é alçada à

posição de injunção. Os dados informados nela, que antes circulavam em sites, nas propagandas televisivas ou em jornais (ver anexo), agora assumem uma posição efetiva à medida que são materializados pela placa e expostos em lugar de “fácil visibilidade”.

Consideremos que as mídias citadas são efêmeras e fazem parte de um universo “raso” de informação, elas circulam com a mesma rapidez com que são esquecidas. Em contrapartida, a placa enquanto objeto empírico, no mundo, fixa no espaço urbano toma corpo e se efetiva no tempo. A significação do objeto placa se constituiu historicamente como um elemento de durabilidade e de remissão à memória de um dizer que se sustenta em uma verdade. A placa enquanto objeto simbólico e histórico torna-se “inquestionável”, por trazer em si dados que remetem a um discurso sustentado por dois fatores: pela autoria de uma instituição governamental e pelo discurso da ciência.

#### **4.2 A ciência como respaldo do controle**

Como vimos anteriormente os sentidos são constituídos, dentre outros fatores, a partir das formações imaginárias. Essas formações também são influenciadas pelas posições de poder ocupadas pelos sujeitos. De acordo com Orlandi (2010,p.15):

O sujeito em Análise de Discurso não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso. Isto significa dizer que há em toda língua mecanismos de projeção que nos permitem passar de situação sujeito para a posição sujeito no discurso [...] O enunciador e o destinatário são pontos de relação de interlocução, indicando diferentes posições sujeito.

Isto se dá no jogo das formações imaginárias, pois os interlocutores a partir da “antecipação” e das “relações de força” projetam no discurso a imagem que fazem de seu interlocutor e do referente. No entanto, por mais que projete sua própria imagem, ele ocupa uma posição sujeito que por sua vez se inscreve em uma formação discursiva.

O mecanismo de antecipação funciona no discurso como um elemento argumentativo. Afinal, quando se antecipa a imagem do interlocutor pode-se tentar prever, de seu lugar, sua



posição em relação ao referente e com isso pode-se tentar jogar com isso. Analisando a placa, podemos ver que no jogo das formações imaginárias o seu autor ou propositor antecipa as imagens possíveis dos sujeitos "receptores da mensagem veiculada" pela placa à medida que parece utilizar-alguns recursos de modo argumentativo: 1) a nota como parte de uma régua, como se houvesse uma medida a se alcançar; 2) a assinatura do governo do Estado, como se essa fosse uma chancela.

Ao se pensar no primeiro recurso argumentativo, vê-se que a circulação da placa se faz dentro de uma instituição escolar, logo, elementos presentes no discurso educacional – no caso a régua – tem uma força discursiva maior por remeter a uma memória de um saber exato, matemático.

O discurso da placa poderia ter sido textualizado em forma de gráfico de barras ou de pizza, formas bem comuns no universo midiático, ou ainda em forma de narrativa, ou texto informativo. Mas sua forma em régua retoma a memória de um objeto utilizado como medidor de espaços e áreas, que propõe uma exatidão que se sedimentou no interdiscurso escolar. Ainda, há de se lembrar que a régua também fora usada pelos professores da escola autoritária e tradicional, durante muitos anos, como objeto de coerção e punição, ou seja, de controle, humilhação. Quando retomamos a imagem do professor autoritário em filmes ou livros, vemos a régua sendo usada em suas mãos como elemento de uso na matemática ou como uma espécie de palmatória que feria o corpo e a mente. Há também de se lembrar que a régua remonta à forma fálica, remetendo ao homem, macho e controlador. Aquele senhor do patriarcalismo, a cujas ordens inquestionáveis toda uma família deveria obedecer.

Nesta perspectiva, O que vemos é a memória discursiva sendo trabalhada "algo fala antes, em outro lugar e independentemente" (PÊCHEUX,1975, p.162). Há uma particularidade que define a natureza da memória discursiva, conforme Orlandi (2010,p.21):

Trata-se do fato que quando há uma estratificação de formulações já feitas que presidem nossa formulação e formam o eixo de constituição de nosso dizer. Mas são formulações já feitas e esquecidas. Por isso podemos afirmar que a memória discursiva é constituída pelo esquecimento.

Segundo Pêcheux (1975) há duas formas de esquecimento. Ambas são necessárias para que o discurso signifique: o esquecimento número um e o esquecimento número dois. O primeiro é também chamado de esquecimento ideológico “ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia” Orlandi (2005, p.35), é um

esquecimento estruturante, necessário, é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. Lembrando que para a Análise de discurso, o sentido não se origina em nós, mas é determinado pela forma como nos inscrevemos na história.

Já o outro esquecimento, que é da ordem da enunciação, surge da formação de famílias parafrásticas, que indica que um dizer sempre pode ser outro. Ele é da ordem da formulação. O sujeito esquece que há outros sentidos possíveis.

Tomando os conceitos de se identificar o ponto de partida, onde a escola se encontrava no início do plano educacional e onde hoje ela se encontra.

O outro elemento da placa é a nota, que tem seu respaldo na pesquisa, no dado, na ciência. Esta que também faz parte dos elementos do universo educacional e que autoriza e credibiliza o que se textualiza na placa enquanto uma informação válida, uma verdade inquestionável que faz vir à tona o sujeito da ciência ou o sujeito do conhecimento.

Henry (1992) explica que

a categoria de "sujeito da ciência" ou de "sujeito do conhecimento" é uma categoria genérica constitutiva das ideologias teóricas nas quais e pelas quais, na prática científica, é produzida a evidência da verdade e da objetividade científicas como tais, através da determinação do tipo de provas admitidas, das formas de exposição e de argumentação consideradas como rigorosas ... (p. 137).

No caso específico da ciência, o efeito de exterioridade se dá da seguinte forma, segundo Orlandi (2008 ,p.149):

Para a autora, no que se refere ao discurso, à sociedade e ao conhecimento,

quando refletimos sobre os trajetos do dizer, impõe-se a considerar a divulgação científica, discurso da ciência fazendo seu percurso na sociedade e na história, publicizando e fazendo circular o saber de maneira particular. Constituindo o sujeito capitalista como sujeito de conhecimento, sujeito à ciência (ORLANDI, 2008, p. 149).

Embasados nesta perspectiva, ao pensar a nota da placa, ou melhor, a nota do IDEB que se publiciza na placa e assim faz circular um saber, percebemos que ela é um dado originado de uma ciência: a Estatística. A nota, como já foi dito, é concebida a partir de cálculos de dados concretos: o índice de aprovação escolar de uma instituição e a média aferida em provas aplicadas aos alunos. Estas são formuladas a partir de pressupostos da Pedagogia e critérios definidos pelas Matrizes de Referência <sup>17</sup>do Saeb que reúnem o

---

<sup>17</sup> Uma Matriz de Referência é composta por um conjunto de descritores, os quais explicitam dois pontos básicos do que se pretende avaliar: o conteúdo programático a ser avaliado em cada período de escolarização

conteúdo a ser avaliado em cada disciplina e série, informando as competências<sup>18</sup> e habilidades<sup>19</sup> esperadas dos alunos. No entanto, trata-se de dados, cálculos e critérios apenas imaginariamente infalíveis.

A placa assume o papel de porta-voz de divulgação científica e a nota, o dado científico a ser divulgado. Ou seja, quando nos deparamos com a placa do IDEB, nos deparamos com um discurso revestido por um discurso da ciência, ou ainda, da divulgação científica. Vale destacar que para Orlandi (p.149):

A divulgação científica tem, pois, uma correlação com o desenvolvimento das tecnologias de linguagem. Como considero as novas tecnologias de linguagem como desenvolvimentos no domínio da tecnologia de escrita é preciso situar a escrita, tal como penso, enquanto forma de relação social. Isso quer dizer que a transformação da relação do homem com a linguagem, no caso, da escrita, desencadeia um número enorme de outros processos de transformação: a forma dos textos, a forma da autoria, o modos de significar. E a própria relação com o conhecimento está aí investida.

Como elemento de divulgação científica, a nota se torna apropriação coletiva do conhecimento, pois “como sempre, em uma forma social como a nossa, quando distribuimos um bem social comum, produzimos uma diferença em algum outro lugar ou produzimos deslocamentos no sentido desse bem” (ORLANDI, 2008). A nota se apresenta textualizada na placa em conjunto com uma régua, com o respaldo de dados fornecidos pelo Estado, aí já se vê um deslocamento proposto pela divulgação científica deixa de ser conhecimento e passa a ser “informação”.

---

o nível de operação mental necessário para a realização de determinadas tarefas. Tais descritores são selecionados para compor a matriz, considerando-se aquilo que pode ser avaliado por meio de um teste de múltipla escolha, cujos itens implicam seleção de uma resposta em um conjunto dado de respostas possíveis. (MRA, 2009, p. 15)

<sup>18</sup> Competência, segundo PERRENOUD (2000), pode ser considerada como a “capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação apoiando-se em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles.” A Competência afirma esse autor, não consiste na aplicação pura e simples de conhecimentos, modelos de ação ou procedimentos: incluir conhecimentos teóricos ou metodológicos, formas de atuar e atitudes. Para defini-las, é preciso relacioná-las a um conjunto de problemas ou tarefas e identificar a natureza dos esquemas de pensamento ou de recursos cognitivos que serão mobilizados nessas situações. Segundo ZABALA (1998), competência é a capacidade de um sujeito mobilizar saberes, conhecimentos, habilidades e atitudes para resolver problemas e tomar decisões adequadas. (Guia do Especialista, 2009, p. 31)

<sup>19</sup> Habilidade é a capacidade do aluno de mobilizar um conjunto de recursos, entre eles o conhecimento, para realizar determinadas ações e ser competente na solução de problemas ou situações propostas. As habilidades são conhecimentos disciplinares que são acumulados sem uma preocupação precisa de articulação e interação em situações do cotidiano da vida, da realidade social e do mundo do trabalho. Podem ser entendidas como aptidões e/ou tendências inatas ou adquiridas (Guia do Especialista, 2009, p. 33)

Com isso, percebemos que o Estado toma o discurso numa ordem e formula seu dizer em outra ordem. Ao coletar os dados que compõem a placa e estabelecer critérios de valor, o governo se instala na posição de produtor de saber da ciência, mas no contexto de formulação da placa, ele já se coloca na posição de “transmissor” de uma informação, ou seja, ele assume a função própria daqueles que conduzem o dizer através da mídia.

Há nesse deslocamento uma falha, pois não se transportam sentidos de um discurso para outro sem que se tenha uma alteração. O discurso de constatação de desempenho de uma escola deve ser visto como parte de um processo, como retomada ou afirmação de ações necessárias às construções educacionais. Mas ao se transferir esse discurso para a mídia, ele perde seu efeito de processo e se torna fato, ou seja, uma informação que não permite reflexões nem funciona como retomada. Pois, segundo Orlandi (2008p.153) “não se transportam sentidos de um discurso para outro”. O que há é a produção do efeito metafórico, ação pela qual algo que significava de um modo deslize para produzir outros efeitos de sentido. É importante pensar que “os meios não são indiferentes aos sentidos, não são apenas veículos neutros” Orlandi (2008p.153). A escolha do objeto placa para instalação do discurso educacional na forma de nota do Ideb, sustentado pelo discurso da ciência produz um efeito de sentido que se faz circular como verdade aferida e confirmada e coloca o Estado numa posição de senhor do conhecimento, que intitula como divulgador do desempenho educacional, e deixa implícito toda uma propaganda governamental. Talvez seja, uma forma de fortalecimento da máquina estatal.

### **4.3 A formulação da placa de notas**

Ao interrogar a respeito dos efeitos de sentido que a placa produz em sua formulação, constituição e circulação, tendo em vista que o modo como é formulada associa-se ao modo como os sentidos se constituem nela, e, também, como circulam no espaço em que se insere, pode-se pensar nesta tríade mais atentamente. Primeiramente, para pensar sua formulação, deve-se considerar que é preciso ater-se ao fato de que esta placa foi construída com base no Manual de Identidade Visual (MIV), do Governo do Estado de Minas Gerais.

Manual de identidade visual, também conhecido como Manual de identidade visual corporativa, ou simplesmente por Manual de Marca, trata-se de um documento técnico, produzido por designers gráficos, contendo um conjunto de recomendações e normas para o uso de uma determinada marca, com o objetivo de preservar suas propriedades visuais e facilitar a propagação, percepção, identificação e memorização da marca. Dentre suas orientações, o MIV apresenta alguns pontos que refletem a proposta de direcionamento de sentido, de controle do significante, pois acredita em poder explicar a lógica construtiva da marca - dos elementos que a compõem (ex. símbolo, logotipo e designações); regulamentar a aplicação da marca em diferentes condições de impressão e fundos de cor, e, ainda, explicar aspectos particulares da marca no contexto e complexidade onde esta vai funcionar, demonstrar algumas situações de aplicação da marca a serem evitadas.

Esse conjunto normativo faz parte de um discurso de controle, que tenta apagar a opacidade da linguagem, por um lado, como se isso fosse possível; e de outro, tenta conduzir o sujeito-leitor a acreditar naquilo que apresenta. Sabe-se que o MIV é um documento de ampla utilização midiática e ao aderi-lo o governo se põe dentro da estrutura capitalista como elemento dessa conjuntura. No MIV, há orientações em relação às placas, que começam pela definição de placa enquanto assinatura e como uma espécie de resumo que reitera em si o que a obra representa. Segundo o MIV(2010, p.24):

Uma placa é a **assinatura** e um resumo de tudo aquilo que a obra representa. Portanto, deve ser facilmente visualizada, utilizada de forma padronizada e fixada de acordo com as Leis nº 10846/1992 e nº 15770/2005, que estabelecem as normas de fixação das placas de obras públicas. Só assim, ela é capaz de **transmitir** a coerência, o dinamismo, o trabalho e **manter a população informada** (grifo nosso).

Como assevera Orlandi (2005,p.95), “a relação com a linguagem não é jamais inocente, não é uma relação com as evidências e poderá se situar face à articulação do simbólico com o político”. Neste sentido, na proposição de uso da placa o manual, em seu modo de defini-la, de orientar sua formulação e sua instalação, coloca novamente a evidência de que quem diz, produz uma significação em relação ao que diz, sobre o que diz. E, assim, põe em cena as relações de força no discurso.

Nesta perspectiva, a placa enquanto *assinatura* é um respaldo que, conforme a definição de placa, “é tudo aquilo que a obra representa”. A placa é a metáfora da obra que

corporiza o concreto (a obra), e nesse embate entre o político e o simbólico o sujeito vai se assujeitando na/pela linguagem. E através das relações de força, a assinatura e a discursividades da placa produzem efeitos de sentido na direção do controle. Controle do que dizer, controle de como dizer, controle sobre o que é dito, controle sobre o sujeito que diz e sobre o sujeito que se projeta a ler.

#### **4.4 A circulação no espaço escolar: a cenografia**

No caso da placa analisada neste trabalho, há um outro fator que reforça sua significação: sua instalação, que entendemos a partir do que Maingueneau (1987) chama de cenografia e Orlandi trata por encenação.

Segundo Orlandi (2008, p.154), ao se tomar o conceito de cenografia, vê-se que esta faz parte do próprio enunciado, assim como a maneira como o sujeito enunciadador se inscreve por ele no tempo e espaço de seu interlocutor, da mesma forma que as determinações linguísticas se enviam um ao outro em relação. O que se chama, aqui, de cenário, cenografia é o espaço físico onde fora instalada a placa e o ritual de colocação que acompanhou a sua instalação. Não é possível desvincular para fins de significação a placa e seu ritual de instalação, porque um afeta a construção do sentido do outro e são determinantes na posição assumida pelos sujeitos inseridos neste discurso.

É importante afirmar que de acordo com (MAINGUENEAU, 1987, apud.ORLANDI, 2008, p.155), “depende da encenação a credibilidade das enunciações, porém não se trata de estratégia ou de atitude de interlocução, pois não há exterioridade entre sujeito e discurso”. O autor desloca o sentido de encenação que visto pelo viés da Pragmática é um instrumento de informação, e do sujeito um portador de intenções ao dizer que sujeito e discurso se buscam na atribuição dos sentidos. De nossa parte, o que se coloca nessa análise não são as intenções do Estado, mas como os sentidos são construídos num espaço que colabora na construção de sentidos outros, pois é em seu funcionamento que o texto produz sentido. (ORLANDI 2008, p. 155) explica que para o autor

A cenografia indica que o funcionamento do discurso, relativamente ao jogo das formações discursivas que determinam os sentidos e as posições sujeitos, se faz

porque não se diz a partir de um sujeito, de uma conjuntura histórica e de um espaço objetivamente assinaláveis do exterior mas se dando uma cena em que se enuncia e ao mesmo tempo produz algo e é pressuposta a se legitimar. Para ter, enfim, credibilidade.

Retomando Pêcheux(1969), o autor dirá que o que funciona no discurso é um conjunto de “lugares” que são determinados por uma topografia social nas quais os sujeitos se inscrevem e que funcionam no discurso (imaginariamente). A cenografia discursiva, que consta dos elementos locutor, destinatário, cronografia e topografia, pode ser compreendida através do fato de que o que funciona no discurso são relações que se produzem em um mecanismo de substituições. Conforme, Orlandi(2008,p.155) a :

“encenação não é, pois, apenas teatral, ela tem uma materialidade. A materialidade do discurso. Portanto, mais uma vez, vai-se além da enunciação, trabalhando-se discursivamente com a projeção, através de mecanismos imaginários, dos lugares enunciativos em posições sujeitos.”

Foucault (1987, p.18) também trata da questão da organização do espaço como elemento de estabelecimento do poder. Segundo o autor, o aspecto do poder disciplinar se relaciona também com o espaço através das disposições e da organização dos elementos que o compõem. É através da disposição dos objetos e estrutura dos prédios que o poder disciplinar é exercido através da observação vigilante e a sensação de estar sempre sob a presença de um poder coercitivo.

No caso em estudo, a instalação das placas do Ideb ocorreu em data e horário únicos em todo o estado, segundo o prescrito pelo ofício circular nº 023/2013 da subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Elas foram expostas no dia 15 de fevereiro de 2013, às 14 horas em uma solenidade de instalação. Também, as escolas foram orientadas a convidar toda a comunidade escolar (pais, alunos, integrantes da escola, colegiado) para assistir o descerramento da placa. A solenidade foi conduzida pela diretora da escola, e quando possível houve a presença de uma representante da Secretaria Regional de Educação (SRE).

Aplicando neste o contexto a proposição da cenografia, que “é definida relativamente à eficácia das formulações” (ORLANDI,2008, p.154) como elemento colaborativo a construção dos sentidos, no ritual de colocação da placa, vê-se o evento saturar três lugares: o de locutor, a cronografia e a topografia. O evento, ritual ajuda a preencher sentidos, a credibilizar a placa e as “falas” dos representantes do Estado, que naquele momento, a circundam e falam em seu nome.

Topografia se relaciona às posições-sujeito assumidas pelos sujeitos no discurso é o “lugar social” de onde se fala, fazendo parte da construção dos sentidos. A cronografia é o momento, contexto de formulação do dizer que colabora na sua inscrição semântica.

Em relação à topografia e os lugares assumidos pelos sujeitos presentes na cerimônia de instalação da placa, aqui chamado de cenografia, os sujeitos em seus lugares/posições sofrem substituições e ainda se mesclam tomando um único lugar, ecoando como uma única voz de um mesmo discurso. Ou seja, na cerimônia o que se vê são apenas duas posições sujeitos : a dos que assumem a própria voz do Ideb (o Estado na posição de condutor, o Ideb como forma de linguagem, e as autoridades representativas , como a diretora da escola e a(s) representante(s) da SRE) que conduzem o cerimonial e dos que a ouvem e acatam seu discursos. O que ocorre é que Estado/Ideb/representantes se misturam e se sustentam, e assumem uma mesma posição tornando-se um só. Todos eles endereçam o discurso à comunidade e equipe escolar, é a nota do Ideb chancelada pelo governo estadual, que se presencia nas figuras das autoridades do evento. Com isso, é apagado o trabalho de pesquisa e apresentação de resultados feito pelo Inep. Enquanto, é o governo que assume a função autor-locutor, pois o que se compreende no discurso são as relações que se produzem em um mecanismo de substituições. No que diz respeito aos locutores, para que haja um controle, necessita-se a condução do sentido do que a nota significa e vale, pois ela é uma metáfora que pode ser significada de maneiras outras, que não aquela que deve ser entendida.

De acordo com Foucault (1987), o poder não emana unicamente do sujeito, mas de uma rede de relações de poder que formam o sujeito, dentre outros elementos, tal como o discurso, a arquitetura ou mesmo a própria arte. O poder é concebido como uma rede, não nasce por si só, mas de relações sociais.

Essa encenação da instalação da placa atravessa o sentido da placa e a transforma em propaganda política que faz uso da Língua de Estado.

A cronografia se mostra pela rigidez do horário e data. O tempo não distingue a escola, não distingue o trabalho desenvolvido, seja pela instituição que avaliou ou pela instituição avaliada, o que se distingue é apenas o bom ou mau desempenho da escola. A nota é “escrita no tempo” e se solidifica pela placa, que se tornou um elemento amplamente usado com recurso político de perpetuação de ações públicas que remete à memória discursiva com um sentido de verdade, daquilo que não gera dúvidas e, portanto, não pode ou não deve ser



questionado. Ela se instala num tempo em que as políticas públicas educacionais tomam posição de realce e passam a ser difundidas pelos diversos objetos midiáticos que circulam contexto social.

A topografia se dá dentro do próprio espaço escolar, mas não se limita a expor-se apenas a ele, deve ser colocada em “local de fácil visibilidade” e assim ser mostrada a toda comunidade, escolar ou não.

Os destinatários da placa são todos, mas da cena apenas os que se relacionam diretamente à escola. A cenografia pode nos mostrar muito do funcionamento do discurso pelo/para os sujeitos. Segundo Orlandi (2008,p.155):

a cenografia indica o funcionamento do discurso, relativamente ao jogo das formações discursivas que determinam os sentidos e a posição sujeito [...] se faz dando uma cena em que se enuncia e que ao mesmo tempo produz algo e é pressuposta a se legitimar. Para ter enfim, credibilidade.

A cenografia colabora para que o sentido das ações ou das palavras, que não existe em si mesmo, seja determinado pelas posições ideológicas que estão imersas no processo sócio-histórico em que são produzidas (Orlandi, 2010 p.17). Como não podemos pensar em sujeito e sentido sem pensar em ideologia, vemos na encenação a tentativa de não deixar falhas, “buracos” para que a ideologia os preencha, e assim conduzir um dizer.

A cena de colocação da placa permite que o imaginário permeie os sentidos, que podem ser muitos. Talvez signifique para os pais que a nota em forma de placa seja tão importante que mereça uma solenidade e que por isso deva ser colocada em um pedestal, apenas para ser vista ou apreciada. Colocada na posição daquilo ou daqueles que não fazem parte do real, que existem apenas para serem admirados. Talvez produza para o professor a ideia do Panóptico<sup>20</sup> de controle, de que aquela nota em forma de placa o vigia e relembra que

---

<sup>20</sup> No final do Séc. XVIII o filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham concebeu pela primeira vez a ideia do panóptico. Para isto Bentham estudou “racionalmente”, em suas próprias palavras, o sistema penitenciário. Criou então um projeto de prisão circular, onde um observador central poderia ver todos os locais onde houvesse presos. Também observou que este mesmo projeto de prisão poderia ser utilizado em escolas e no trabalho, como meio de tornar mais eficiente o funcionamento daqueles locais. Foi naquele período da história que, segundo o francês Michel Foucault, iniciou-se um processo de disseminação sistemática de dispositivos disciplinares, a exemplo do panóptico. Um conjunto de dispositivos que permitiria uma vigilância e um controle social cada vez mais eficientes, porém, não necessariamente com os mesmos objetivos “racionalis” desejados por Bentham. Wikipédia

ele (o professor) é co-responsável pelo sucesso ou o fracasso do trabalho da instituição. Como descreve Foucault (1987,p.165):

O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e (se) reconhecer imediatamente. Em suma , o princípio da masmorra é invertido, ou antes de suas três funções – trancar , privar de luz , esconder – só se conserva a primeira e suprime-se as outras duas. A plena luz e o olhar do vigia captam melhor que a sombra, que finalmente é uma armadilha (grifo nosso).

Os sentidos construídos podem ser muitos, outros, mas para o professor, acredita-se que mais do que para o aluno ou para os pais, ou ainda, para a própria direção, a placa o coloca em posição de vigiado. E só o deixará de ser se mudar sua posição para vigilante, parte de um sistema que conduz e reproduz a divisão de classes e de sentidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar este trabalho, propusemos buscar os efeitos de sentido provocados pela placa pensando na hipótese de ela estar funcionando como um língua de Estado. As indagações: como a placa funciona? Como o seu sentido é construído? A busca a essas respostas nos levaram a compreender que ela atribui valor ao ensino. Nesse processo língua, história e ideologia corroboram que o sentido faz parte da relação do sujeito com o real.

Ao analisar o processo de constituição, formulação e circulação da placa, vimos que ela retorna a uma memória de um dizer evidente, utilizando dos recursos da *transparência*. Este termo pode ter seu sentido deslocado para os termos “*honestidade*”, “*clareza*”, “*exatidão*”, que também a partir da sua formulação no contexto político-educacional republicano, neoliberal usa a forma da divulgação pública –também denominada propaganda– como meio de expansão do sentido usual deste termo. Também, ao dar visibilidade à nota, a placa apaga os sujeitos e todo o processo educacional do qual seu resultado fez parte.

Ao usar a mídia como meio de sua divulgação, a nota em forma de placa faz uso do recurso argumentativo que, segundo Orlandi (1998,p.76), é prever, tomado pelo jogo de imagens. A placa vem significar diferentemente para seus interlocutores porque estes assumem posições diferentes nesse discurso tomados pela memória, pelas formações imaginárias e pelas posições assumidas no discurso. Assim a placa como elemento político divide os sentidos e os sujeitos fazendo-os estar onde as relações de poder lhes permitem.

Podemos, ainda afirmar, que ela personifica uma língua política, que ela se “apropria”, “aproveita” da função do interdiscurso e da memória, do já dito, da estabilização dos sentidos para se tornar um corpo-teórico-político instalado nas evidências.

Como não há sociedade sem poder e sem o político, é na linguagem que estes se simbolizam. E é através da nota, objetivo da placa, metáfora de um dizer carregado de poder que se sustenta no discurso da ciência e da estatística que vemos os sentidos sendo lembrados e reafirmados. No movimento de construção da metáfora da placa que se dá pelo jogo entre o político e o simbólico, entre o mesmo e o diferente, que a memória do dizer é retomada e consolidada. A placa de notas assume a função de uma língua de Estado, isto é, “de uma série de estratégias de discurso obstinadas em evacuar qualquer contradição e a

mascarar a existência das relações de classe: ela usa uma falsa aparência para contornar indefinidamente o que todo mundo sabe e que ninguém pode dizer (PÊCHEUX, 2011,p.118).

Enfim, em todo o trabalho o que se pode observar é que há uma desconstrução, um deslocamento dos sentidos para que a placa enquanto língua política se torne uma língua de estado que tem a mídia como consolidadora dos sentidos que ela divide e conduz.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- BARTHES, Roland. **Aula**. Trad. De Leyla Perrone-Moisés. (1980)
- BOBBIO, Norberto, et al; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília; Editora Universidade de Brasília, 1ª Ed., 1998
- CHAUÍ, M. **Filosofia**. vol único. Editora ática. 1ª Ed. São Paulo, SP; 2004
- COURTINE, J.-J. (1981) **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. trad. *Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho*. São Carlos: Claraluz, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis, vozes, 1987 20 edição
- GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. trad. Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: 1992.
- LAGAZZY, S.O. **Desafio de Dizer Não**. Campinas: Editora Pontes, 1988.
- ORLANDI, E.P. **Propaganda Política e Língua de Estado**: Brasil, um país de todos. In: **Discurso em Análise, Sujeito, Sentido, Ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.
- \_\_\_\_\_. **O Discurso Pedagógico**: a circularidade. In: **A linguagem e seu funcionamento. As formas do Discurso**. 6ª edição. Campinas Pontes, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Para quem é o discurso pedagógico?** In: **A linguagem e seu funcionamento. As formas do Discurso**. 6ª edição. Campinas Pontes, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Discurso em Análise**: Sentido, Sujeito, Ideologia. Campinas: Pontes, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Discurso e Argumentação**: um observatório do político. Em: **Fórum Lingüístico**, Florianópolis, n.1 (73-81), jul.-dez. 1998.
- \_\_\_\_\_. **O próprio da Análise de Discurso**. In: **Escritos, Discurso e Política**. v.3 Campinas: Labeurb/Unicamp, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 6ª ed., 2005
- \_\_\_\_\_. **Análise de discurso**. In: **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006

\_\_\_\_\_ **Discurso, imaginário social e conhecimento.** In: revista **Em aberto**, ano 14,n.61, jan/março,2004

\_\_\_\_\_ **A escrita da análise de Discurso.**In: **Discurso e Texto** formulação e circulação dos sentidos. Campinas:Pontes.3ªed.2008

\_\_\_\_\_ **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. (1a. edição: 1996, Ed. Vozes). 2. ed. Campinas: Pontes

\_\_\_\_\_ **A linguagem e seu funcionamento - As formas do discurso.** 2. ed. São Paulo: Pontes Editores. 1987

\_\_\_\_\_ **O que é Linguística.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2009

ORLANDI, Eni Pucinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. **Discurso e Textualidade.** Campinas: Pontes Editores,2010

PÊCHEUX,M. **Análise de Discurso.** Campinas: Pontes, 2011

\_\_\_\_\_ **Delimitações, inversões, deslocamentos.** In: **Caderno de Estudos Linguísticos.** v.19, Campinas, jul-dez 1990, p.7 a 24

\_\_\_\_\_ GADET, F. **Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo.** In: **Escritos:Discurso e Política**, v.3. Campinas:Labeurb/Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_ FUCHS,C. **A propósito da análise do Discurso:** atualizações e perspectivas.In: **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas:Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_ **Foi “propaganda” mesmo o que você disse?** In: **Análise de Discurso.** Campinas: Pontes, 2011.

\_\_\_\_\_ **Análise Automática do discurso.** Paris: Dunod,1969.

\_\_\_\_\_ (1975) **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio.** Trad. ORLANDI, E. P. [*et al.*]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988

PFEIFFER, Claudia Castellanos. **Políticas Públicas:** Educação e Linguagem. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, 53(2) 149-155, julho/dez.,2011

PINTO,G.A. **Organização do trabalho no século 20.** São Paulo:Expressão Popular,2007.

PIOVEZANI,Carlos. **Verbo, corpo e voz:** Dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo. Ed. Unesp,2009

RANCIÈRE, J. **O desentendimento. Política e filosofia.** São Paulo: Editora 34, 1996.

SOUSA, José Pedro Galvão de, et al. **Dicionário de Política**. São Paulo: Ed. TA Queiroz, 1998

SOUZA, Rosa Fátima de. **Inovação educacional no século XIX**: A construção do currículo da escola primária no Brasil, Cad. CEDES vol.20 no.51 Campinas Nov. 2000

ZOPPI-FONTANA, M. **Língua Política**: modos de dizer na/da política. In: ZANDWAIS, A., ROMÃO, L. M. S. (Orgs.) **Leituras do político**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

<http://www.wikipédia.com.br>. Acesso em: 23 nov. 2014

<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=61> Acesso em: 19 out. 2014

<http://www.portal.inep.gov.br/web/portal-ideb> Acesso em: 15 nov. 2014

<http://www.governo.mg.gov.br/governo/manual>. Acesso em: 13 fev. 2014

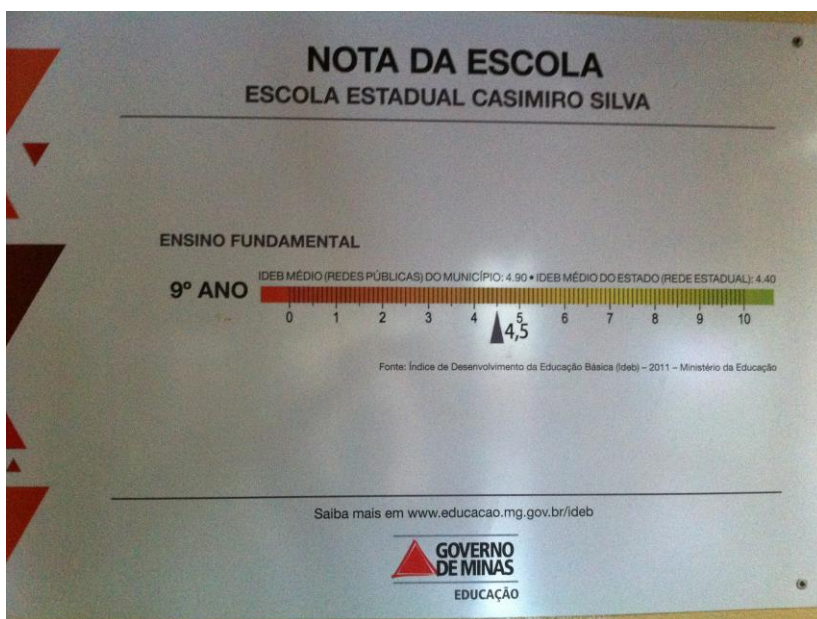
<http://www.todospelaeducacao.org.br/> Acesso em: 23 nov. 2014

<http://www.portalideb.com.br/estado/113-minas-gerais/ideb> Acesso em: 01 abr. 2014

## ANEXOS



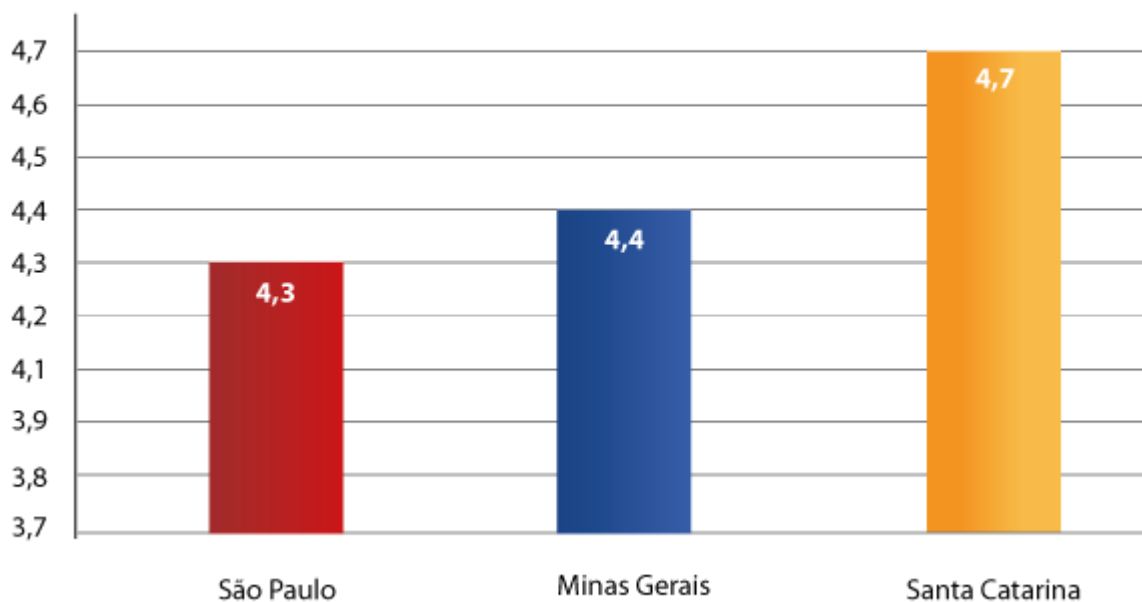
Fotos e propagandas do IDEB e da instalação das placas divulgadas na internet



Fonte: acervo particular



## Ideb 2011: Anos Finais do Ensino Fundamental



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG)

MEC CONFIRMA MAIS UMA VEZ:  
MINAS GERAIS  
TEM A **MELHOR**  
**EDUCAÇÃO**  
FUNDAMENTAL  
**DO BRASIL**

**Aécio 45**  
PRESIDENTE  
www.AecioNeves.com.br

**FONTE: IDEB**  
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Fonte: [Aécio 45](http://www.AecioNeves.com.br)

## Educação

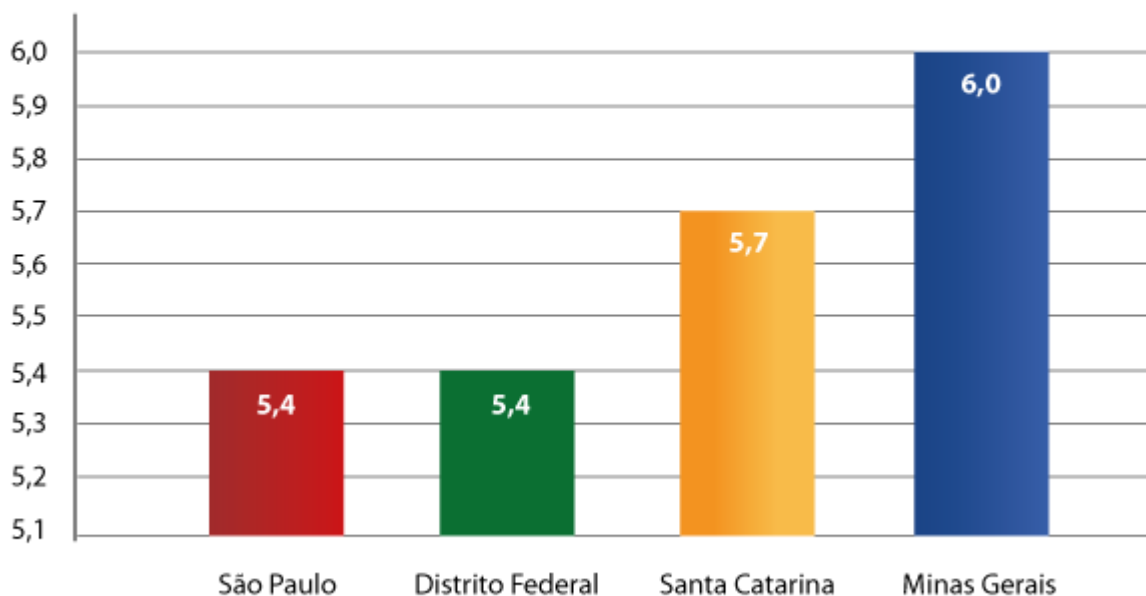
A melhor educação básica do Brasil

Os resultados do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), de 2011, mostraram mais uma vez que Minas Gerais está em 1º lugar no ranking brasileiro das séries iniciais do ensino fundamental. A liderança já havia sido obtida com os resultados de 2009.

O levantamento do Ministério da Educação indica que, em relação à essa medição anterior, o sistema estadual de ensino de Minas evoluiu em todos os níveis. Subiu do 3º para o 2º lugar nos anos finais do ensino fundamental, e ficou na 3ª posição no ensino médio.

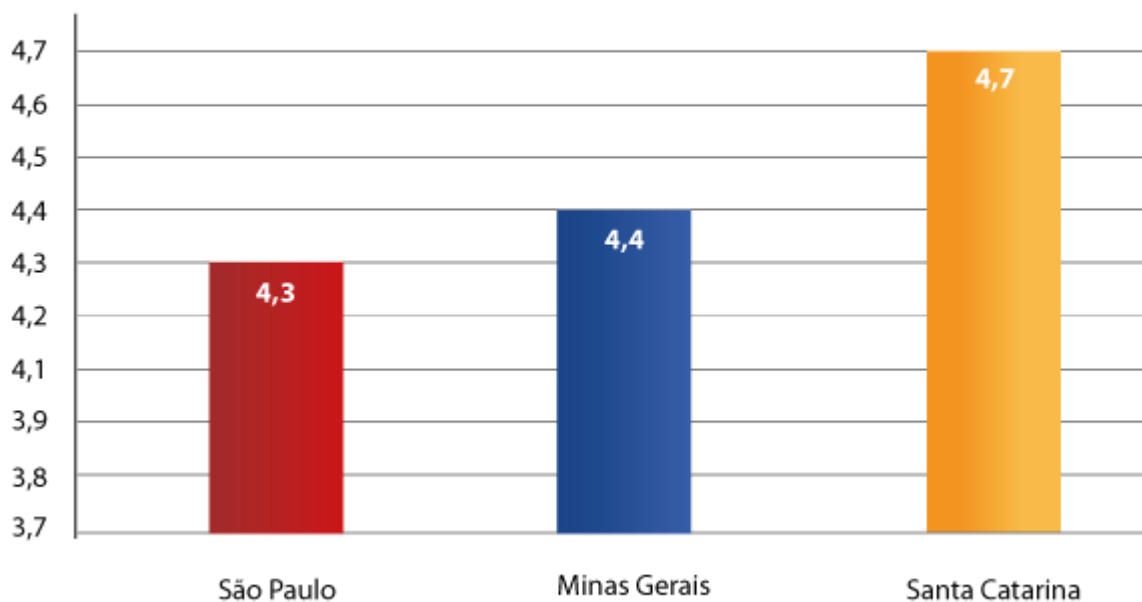
Com esse conjunto, os resultados no Ideb comprovam que Minas Gerais tem a melhor educação básica do país.

### Ideb 2011: Anos Iniciais do Ensino Fundamental



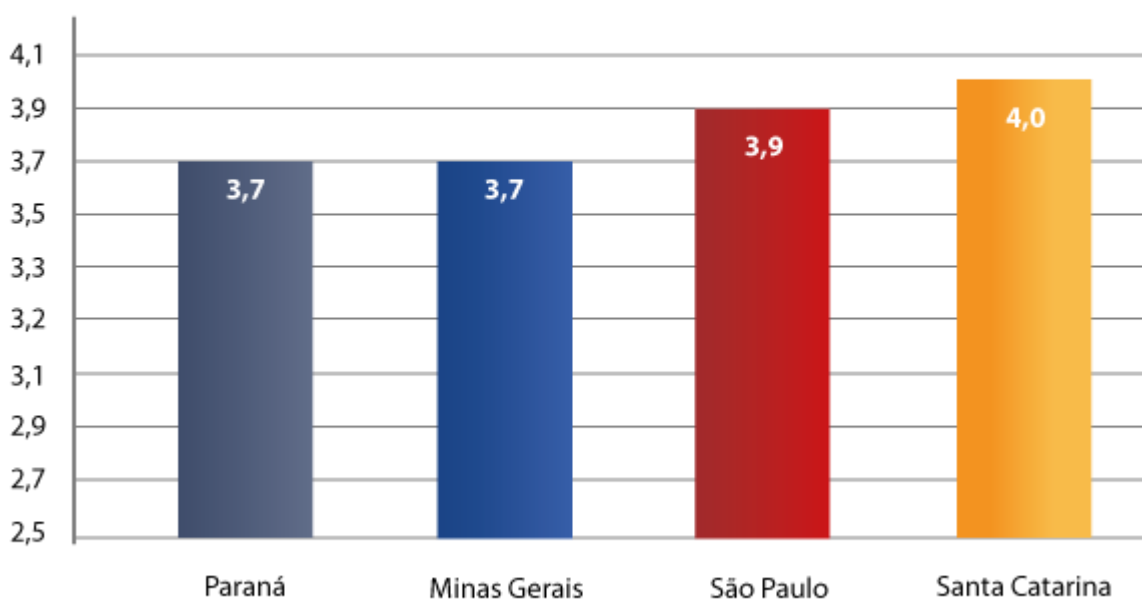
Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG)

## Ideb 2011: Anos Finais do Ensino Fundamental



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG)

## Ideb 2011: Anos Finais do Ensino Médio



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG)

Nota média equivalente à dos países desenvolvidos

Os alunos mineiros alcançaram nota média 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Segundo o próprio Ministério da Educação, esse índice é equivalente à média da educação em países desenvolvidos. No último Ideb, medido em 2009, a rede estadual mineira já era a primeira colocada, com índice de 5,8.

Com Ideb de 6,0, a rede estadual mineira não só deixou para trás a meta estabelecida para 2011, que era de 5,7, como ultrapassou antecipadamente a meta estipulada para 2013, que é de 5,9. No total, 767 escolas estaduais mineiras apresentaram Ideb igual ou superior a 6,0 nos anos iniciais em 2011.

Considerando o Ideb de todas as redes — estadual, municipais e privadas — Minas Gerais também conseguiu destaque. O índice alcançado foi de 5,9 e também ultrapassa antecipadamente a meta estipulada para 2013, que é de 5,7.

Um grande salto no nível de leitura dos alunos

O desempenho dos alunos no terceiro ano do ensino fundamental em leitura e interpretação de texto cresceu 40,3 pontos percentuais em relação ao nível recomendável, entre 2006 (48,6%) e 2011 (88,9%), conforme os resultados do Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa).

O indicador reflete as ações do Governo de Minas para melhorar as condições de ensino e a qualidade da aprendizagem, destacadamente o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP). Em 2012, o PIP foi ampliado. Antes, atuava em escolas dos anos iniciais do ensino fundamental, do 1º ao 5º anos, com 490 mil estudantes. Agora, atende também escolas dos anos finais, do 6º ao 9º anos, alcançando mais 857 mil estudantes

O resultado é ainda mais expressivo na região Jequitinhonha/Mucuri, entre as mais pobres do Brasil e onde o percentual de alunos no nível recomendável foi de 86,8%.

<b>Percentual de alunos com nível recomendável no Proalfa (2006-2011)</b> Da rede estadual, no 3º ano do ensino fundamental, em Minas Gerais					
<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
48,6%	65,7%	72,5%	72,6%	86,2%	88,9%
<i>Fonte: Caderno de Indicadores 2012 (Tabela 6.5, pág. 141) – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF).</i>					

<b>Proficiência média – Proalfa (2006-2011)</b> Dos alunos da rede estadual, no 3º ano do ensino fundamental, em Minas Gerais
--

**O desempenho dos alunos em leitura, escrita e interpretação é medido por uma escala de proficiência que vai de 0 a 1000 pontos. Até 450: baixo; 450-500: intermediário; a partir de 500: recomendado**

2006	2007	2008	2009	2010	2011
494,0	536,1	550,3	551,6	589,8	603,8

Fonte: Caderno de Indicadores 2012 (Tabela 6.14, pág. 155) – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF).

### Percentual de alunos no nível recomendável – Proalfa (2011)

Da rede estadual, no 3º ano do ensino fundamental, em Minas Gerais, Região Metropolitana de Belo Horizonte e Regiões de Planejamento

Unidade geográfica	Em %
Minas Gerais	88,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	87,2
<b>Regiões de Planejamento de Minas Gerais</b>	
<i>Alto Paranaíba</i>	92,1
<i>Central</i>	87,9
<i>Centro-Oeste de Minas</i>	93,7
<i>Jequitinhonha/Mucuri</i>	86,8
<i>Mata</i>	88,8
<i>Noroeste de Minas</i>	85,3
<i>Norte de Minas</i>	89,0
<i>Rio Doce</i>	87,6
<i>Sul de Minas</i>	91,3
<i>Triângulo</i>	91,9

Fonte: Caderno de Indicadores 2012 (Tabela 6.5, pág. 141) – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF).

<b>Proficiência média (2011)</b> Dos alunos da rede estadual, no 3º ano do ensino fundamental, em Minas Gerais, Região Metropolitana de Belo Horizonte e Regiões de Planejamento	
<b>O desempenho dos alunos em leitura, escrita e interpretação é medido por uma escala de proficiência que vai de 0 a 1000 pontos. Até 450: baixo; 450-500: intermediário; a partir de 500: recomendado</b>	
Unidade geográfica	
Minas Gerais	603,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	598,64
Regiões de Planejamento de Minas Gerais	
<i>Alto Paranaíba</i>	612,6
<i>Central</i>	601,1
<i>Centro-Oeste de Minas</i>	626,5
<i>Jequitinhonha/Mucuri</i>	596,5
<i>Mata</i>	599,8
<i>Noroeste de Minas</i>	584,95
<i>Norte de Minas</i>	605,1
<i>Rio Doce</i>	601,7
<i>Sul de Minas</i>	611,4
<i>Triângulo</i>	610,1
Fonte: Caderno de Indicadores 2012 (Tabela 6.11, pág. 157) – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF).	

## Remuneração dos professores, entre as melhores do Brasil

O modelo unificado de remuneração implantado pelo Governo de Minas assegura aos professores da rede estadual de ensino remuneração no início de carreira de R\$1.386,00, para jornada de 24 horas semanais. Esse valor é 59,2% superior ao piso estabelecido em 2012 pelo Ministério da Educação (MEC) – de R\$ 1.451,00 para jornada de 40 horas semanais. Comparativamente, o salário inicial em Minas equivaleria a R\$2.310 se a jornada de trabalho fosse de 40 horas por semana e está entre os melhores do Brasil.

## Boa aprovação no vestibular

Dos 6.607 alunos aprovados no último vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2.122 são procedentes de escolas da rede estadual. O número de aprovados das escolas estaduais na UFMG cresceu 158,8% desde 2001, quando 820 alunos conseguiram passar, e o índice de aprovação subiu de 18,8% para os atuais 32,12%.

## Olimpíada de Matemática

Os avanços da educação em Minas Gerais também podem ser observados pelas vitórias dos alunos mineiros na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). Na 7ª edição do certame, realizada em 2011, o estado conseguiu pela 5ª vez consecutiva a primeira colocação no ranking de medalhas. Os estudantes mineiros conquistaram 816 medalhas: 111 de ouro, 248 de prata e 457 de bronze. Do total de honrarias recebidas pelos estudantes das redes públicas de Minas Gerais, mais da metade foi conquistada por alunos da rede estadual.

## Programa de Educação Profissional (PEP)

O Programa de Educação Profissional (PEP), uma das mais inovadoras ações de qualificação para o trabalho no país, alcançou, até 2011, a marca de 203.772 vagas ofertadas. O PEP foi criado pelo Governo de Minas em 2007 para assegurar aos jovens oportunidades de capacitação gratuita e facilitar a obtenção do emprego. Em 2012, o PEP abriu 30 mil vagas em 66 diferentes cursos, oferecidos pelo governo estadual por meio de instituições credenciadas. A partir da 6ª edição do PEP, o Governo de Minas fez uma parceria com a empresa Vale, que investiu R\$100 milhões e complementou os investimentos do governo, que foram de R\$43 milhões.

## Transporte escolar

Em 2011, o Governo de Minas destinou R\$ 134,9 milhões para o transporte escolar de 290 mil alunos da rede estadual de ensino residentes na zona rural. Nesse mesmo ano, os municípios contemplados no programa tiveram um aumento de, pelo menos, 50% per capita por aluno de investimentos do Governo de Minas, em relação a 2010. De 2003 a 2011, foram repassados R\$ 563 milhões para os municípios mineiros melhorarem a qualidade do transporte escolar em suas regiões.

Em 2012, o valor autorizado de investimento é de R\$145,5 milhões para o transporte de 280 mil alunos.

## Cumprimento antecipado dos Objetivos do Milênio

Com o Choque de Gestão, implantado a partir de 2003, Minas Gerais cumpriu por antecipação o Objetivo do Milênio de alcançar a meta de universalização do ensino básico, com 97,7% das crianças de 7 a 14 frequentando a escola, em 2009. Os Objetivos do Milênio foram pactuados em 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com 191 países, para serem atingidos até 2015, como um compromisso global pelo bem-estar e o desenvolvimento humano.

## Escola Magistra

O Governo de Minas lançou em 2012 a Magistra – Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores. Oferece cursos de formação e aprimoramento que podem ser usufruídos pelos mais de 349mil profissionais da educação, podendo chegar às 3.762 escolas estaduais espalhadas por todo o estado. O orçamento da Magistra em 2012 é de aproximadamente R\$ 23 milhões, valor destinado a investimentos em formação continuada de profissionais da educação e obras de infraestrutura para implementação da sede da escola, no bairro Gameleira, em Belo Horizonte.

Texto exibido na página inicial do site [www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br)